

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E  
ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE DE JULIÃO EM  
MANAUS-AM.

Bolsista: Thamirys Souza e Silva, Fapeam.

MANAUS  
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-SA/0032/2012  
RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E  
ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE DE JULIÃO EM  
MANAUS-AM.

Bolsista: Thamirys Souza e Silva, Fapeam.  
Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

MANAUS  
2013

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ E  
ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE DE JULIÃO EM  
MANAUS-AM.

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, e ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e

Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia-Grupo Interação Parte deste relatório só poderá ser reproduzido para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Amazonas–FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida por meio do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia-Grupo Interação.

## LISTA DE FIGURA

Figura 01 - REDES do Tupé .....	35
Figura 02 – Vista Frontal da Comunidade de Julião .....	36
Figura 03 – Escola Municipal Canaã II .....	43
Figura 04 – Casa de Madeira .....	45
Figura 05 – Casa Mista.....	45
Figura 06 - Sede da Ass.dos Moradores.....	53
Figura 07 - : Balas produzidas pelas mulheres.....	57
Figura 08 - Artesanato na casca do Cupuaçu.....	57

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária dos informantes .....	46
Gráfico 02:Estado Civil .....	47
Gráfico 03: Onde Nasceu .....	47
Gráfico 04 : Principal atividade do sustento da Família.....	51
Gráfico 05 : Atividades que alteraram com a RDS.....	52
Gráfico 06 : Atividades Coletivas .....	53

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 01 .....	41
-----------------	----

## RESUMO

Devido o crescimento da exploração dos recursos naturais, começou a surgir uma preocupação com o meio ambiente e ao longo do tempo foi crescendo o debate acerca da “preservação” total de certos ambientes, porém ao longo dos debates e estudos desenvolvidos, esse conceito se torna mais distante da realidade brasileira, uma vez que a maioria dos locais que se fazem necessários haver a proteção, são habitados por populações tradicionais as quais retiram sua subsistência dessas áreas. No tocante ao Brasil foi necessário pensar em alternativas. As Unidades de Conservação foram instituídas a partir da lei nº 9985, de 18 de Julho de 2000 pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Em torno deste debate começa-se a desenvolver o conceito de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que são áreas criadas com o intuito de preservar a natureza e promover as condições necessárias para a melhoria da qualidade do modo de vida das pessoas que ocupam estes locais. A pesquisa foi desenvolvida em uma (RDS), Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, mais especificamente na comunidade de Julião e teve como questão norteadora : Quais as formas de organização sociopolíticas desenvolvidas na comunidade de Julião e quais as transformações que ocorreram após a implantação da RDS. A fim de responder tal questão, os procedimentos metodológicos utilizados foram técnicas e instrumentos para a obtenção de dados de natureza quantitativa e qualitativa. Na pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas: levantamento das formas de organização sociopolíticas, entrevista semiestruturada, observação sistemática e assistemática, por meio do uso dos instrumentais: formulários, roteiros de entrevistas semiestruturada e registro fotográfico. Foram realizadas as idas à campo: para apresentação do projeto de pesquisa e TCLE, mapeamento das lideranças locais, informantes chaves; assinatura do TCLE, aplicação dos Formulários, acompanhamento das atividades político-organizativas (reuniões comunitárias), realização de registro fotográfico; realização das entrevista semiestruturada junto aos informantes com utilização de Registro Fonográfico e Fotográfico .A Reserva foi criada em 2005 e o que foi identificado como resultado da pesquisa é que a comunidade de Julião até o momento não recebeu Plano de Manejo da Reserva e com isso eles não possuem total clareza de quais atividades são permitidas à eles, porém devido a esta questão em comum hoje eles estão mais organizados socialmente e politicamente na Associação de Moradores da comunidade, que é uma das organizações formais que foram identificadas na comunidade, que também possui a Associação da colônia de pescadores e uma organização informal a partir do Grupo de Mulheres produtoras de balas de cupuaçu. A principal transformação ocorrida no lócus da pesquisa foi o que concerne a maneira como os moradores usufruem de suas terras, que antes trabalhavam e comercializavam livremente e nos dias atuais a Unidade pressupõe diversas proibições que muitas vezes são até desconhecidas pelos menos. Assim sendo, este estudo, objetivou contribuir, em que pese seus limites, no avanço de estudos sobre as formas de organizações sociopolíticas e a questão socioambiental em comunidades no interior de uma UC, assim como contribuir com informações qualificadas no que se refere à construção de políticas que promovam a cidadania dos grupos sociais da comunidade de Julião, e, no avanço dos debates sobre as temáticas abordadas.

**Palavras-chave: Unidade de Conservação, Organização sociopolítica, Crise Ambiental.**



## ABSTRACT

Due to the growing exploitation of natural resources, a concern with began to emerge environment and over time grew the debate on "preserve" certain total environments, however over the debates and studies developed, this concept becomes more far from the Brazilian reality, since most of the sites that are necessary be no protection, are inhabited by traditional communities which derive their livelihood these areas. With regard to Brazil was necessary to think of alternatives. Units Conservation were imposed from the Law No. 9985, of July 18, 2000 by System National Conservation Units - SNUC. In surrounding this debate begins to develop concept of Sustainable Development Reserve (RDS) areas which are created with the intention of nature preserve and promote the necessary conditions for improving the quality of mode lives of the people who occupy these sites. The research was conducted in a (RDS), Book Tupé Sustainable Development, more specifically in the Julian community and had as guiding question: What forms of sociopolitical organization developed in the community of Julian and what are the changes that occurred after the implementation of RDS. In order to answer this question, the methodological procedures used were techniques and instruments for obtaining data for quantitative and qualitative. In the research we used the following techniques: survey of forms of sociopolitical organization, interview semi-structured, systematic and unsystematic observation, through the use of instruments: forms, routes of semi-structured interviews and photographic record. Were performed the trips to the field: for the presentation of the research project and informed consent, mapping of local leaders, key informants; signing the WIC, the application forms, follow-up activities political and organizational (community meetings), conducting photographic record; realization of semi-structured interview along with the use of informants and Phonographic Record Photographic. Enced The Reserve was in 2005 and what has been identified as a result of the research is that the community of Julian not yet received the Reserve Management Plan and with that they not have full clarity on what activities they are allowed to, but due to this issue common today they are more socially and politically organized in the Association of Residents community, which is one of formal organizations that were identified in the community, which Association also has a colony of fishermen and an informal organization from Women's Group producing bullets cupuaçu. A major transformation occurred in the locus of research was that concerns the way the locals enjoy their land, which before worked and traded freely and nowadays the Unit assumes various prohibitions that are often ignored by even fewer. Thus, this study aimed to contribute, despite its limits, in the advancement of studies on ways to sociopolitical organizations and environmental issue in communities within a UC, and contribute with qualified information as regards the creation of policies that promote citizenship of social groups in the community of Julian, and the advancement of discussions on the themes addressed.

**Keywords:** Conservation Unit, sociopolitical organization, Environmental Crisis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	12
2.1.Movimentos sociais e Organização sociopolítica no contexto brasileiro nas Décadas de 80 e 90 .....	12
2.1.1 Crise ambiental no contexto contemporâneo: breve contextualização.....	16
2.2 Organização sociopolítica e movimentos sociais na Amazônia .....	20
2.2.1 Unidade de Conservação em debate .....	23
2.3 Questão Socioambiental na Amazônia: limites e perspectivas.....	27
2.3.1Estabelecimento de Unidades de Conservação na Amazônia.....	29
<b>3.CAPITULO I - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: caracterização do objeto da pesquisa</b> .....	33
<b>4.CAPITULO II – DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS</b> .....	38
<b>5.RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....	42
5.1 Caracterização dos informantes da Pesquisa.....	42
5.2 Caracterização Socioeconômica dos informantes.....	45
5.3 As formas de organização na comunidade ribeirinha de Julião.....	52
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	55
<b>7. FONTES E REFERÊNCIAS</b> .....	
<b>8. APÊNDICES</b> .....	

## INTRODUÇÃO

No início do século XXI cresce a visibilidade com a problemática ambiental, resultado de todo um processo de pesquisas e debates em torno dessa questão, sobretudo em meados do século XX e início do século XXI. O ser humano, inserido em determinados tipos de sociedade e cultura, passa a perceber que as suas ações são de grande interferência na situação do planeta.

Começa-se então a pensar em áreas que estejam designadas a conservar e outras a preservar biomas que devido ao crescimento do modo de produção em escala rápida acabariam estando ameaçados. As áreas naturais protegidas desempenham um importante papel na conservação da natureza.

No Brasil em algumas áreas protegidas, é possível observar a presença de “*Populações Tradicionais*” (indígenas, extrativistas, ribeirinhos) que muitas vezes nasceram nessas áreas e tem um outro tipo de cultura, na sua maneira de se relacionar com a natureza, diferente das relações estabelecidas em áreas urbanas.

Segundo Diegues (2001), os efeitos da preservação forçada são muito grandes para as populações tradicionais, que são pessoas que não vivem nas cidades e para quem não faz sentido o conceito de impacto ambiental e muito menos a necessidade da preservação da natureza, visto que essas populações utilizam destas áreas apenas o necessário para subsistência, causando pouco ou nenhum impacto a natureza.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) é um tipo de área que permite a presença de moradores, dentre os tipos de Unidade de Conservação é mais aberta ao diálogo e ao respeito às pessoas que habitam os locais onde elas são estabelecidas.

A RDS do Tupé, a partir do Decreto nº 8.044, de 25 de Agosto de 2005, é uma unidade de conservação cujas comunidades ribeirinhas já existentes passam a fazer parte desta, abriga seis comunidades ribeirinhas, sendo elas, *São João do Lago do Tupé, Colônia Central, N. S. do Livramento, Julião, Agrovila e Tatu.*

Segundo o SNUC(2005) - Art. 20 - *A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.*

A partir desse contexto, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso realizado na comunidade de Julião, O estudo de caso fica intimamente ligado ao contexto ou a ser processo estudado. Segundo Gil (2002) “Esse tipo de abordagem não representa um método por si só, mas uma estratégia de pesquisa que permite o uso de métodos qualitativos e quantitativos, um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. A comunidade faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e desta forma, faz –se análise da organização sociopolítica , bem como das transformações que ocorreram nas formas de organização da mesma após o estabelecimento da RDS.

O interesse em estudar essa temática justifica-se pelas novas demandas postas na contemporaneidade para o serviço social, qual seja o das questões socioambientais, bem como pela participação da bolsista no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia-Grupo Interação.

Quanto ao caminho metodológico que foi utilizado teve como modalidade a *Pesquisa*, que conforme Demo ( 1987) “ é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade”( p. 23). que constitui-se em um conjunto de procedimentos que visam produzir um novo conhecimento e não reproduzir, simplesmente, o que já se sabe sobre um dado objeto em um determinado campo científico.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram de natureza quantitativa e qualitativa, por entender que ambas as técnicas e instrumentos são para a obtenção de dados no âmbito do entendimento da realidade social as quais se complementam (MINAYO, 2004 p.21)

O estudo se constitui em um Estudo de Caso que segundo Gil (2002,p.54), ”é estudo mais completo buscando abranger o maior numero possível de delineamentos em termo de coleta de dados”.

A fonte de informação de dados da pesquisa é de origem primária, a qual foi desenvolvida, junto aos informantes. Tendo como critérios de seleção desses informantes: pertencer e/ou atuar no núcleo comunitário, *locus* da pesquisa, por no mínimo 5 anos; e ser indicado/reconhecido como representantes pelo seu grupo doméstico, independente de gênero.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados instrumentais técnicos para a coleta de dados : levantamento por meio de formulários, entrevistas semi-estruturada, técnicas de abordagem de grupo e observação participante.

Assim sendo, o estudo espera a partir dos resultados apresentados, contribuir com os debates desenvolvidos sobre a temática, apontando, sobretudo, possíveis alternativas para as questões referentes às formas de organização sociopolíticas, tendo como suporte de análise a leitura do modo de vida dos ribeirinhos da Amazônia.

Partindo deste pressuposto, entende-se que o projeto de pesquisa, assume grande relevância, tanto acadêmico-científica quanto social, uma vez que visa analisar as mudanças ocorridas nas práticas sócio-organizativas e culturais das populações tradicionais na Amazônia ,localizada em uma unidade de conservação.

Neste relatório buscar-se-á apresentar o impacto da implantação da RDS do Tupé no tocante a Organização Sócio-política dos moradores da comunidade de Julião-Am, assim como, a forma de execução das atividades propostas no cronograma. Para um melhor entendimento o relatório apresenta as seguintes discussões : Os movimentos sociais onde começam a surgir as manifestações de uma Organização política mais elaborada passando pelo contexto Amazônico, a seguir debatendo os momentos de crise e chegando ao contexto do estabelecimento das Unidades de Conservação no Brasil e na Amazônia. Por fim apresentando os dados levantados com a pesquisa de campo.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Movimentos sociais e Organização sócio-política no contexto brasileiro nas décadas de 80 a 90.

O conceito de *movimento social* surge na modernidade. No século XIX, Lorenz Von Stein defende a necessidade de uma ciência da sociedade que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, em especial, ao estudo do movimento operário francês e do socialismo. Para Ricc (2005) a emergência deste conceito é fruto do incômodo e da necessidade de controle social.

A sociologia estabeleceu critérios para denominar os movimentos sociais sendo entendidos como: “[...] um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social [...].”(SCHERER-WARREN 1989 *apud* SILVA,2012)

Definições clássicas sobre os movimentos sociais citam como características básicas os seguintes pontos : possuem identidade, tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que os Movimentos sociais têm contribuído para organizar e trabalhar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência .(GOHN ,2011 p.336).

Para Scherer-Warren, (1989 *apud* SILVA 2012 ) os movimentos sociais podem ser visto a partir da perspectiva posta por Marx, o qual considera fundamental compreender a práxis, projeto, ideologia, direção e organização de um movimento social, sejam: a) Práxis: toda ação para transformação do social, desde que esta ação contenha um certo grau de consciência crítica; b) Projeto: uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presente em seu cotidiano; c) Ideologia: os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto; d)

Direção e Organização: um conjunto sintético na configuração da práxis social, ou seja, do movimento propriamente dito. (p.31)

No que concerne ao Brasil, o século XIX pode ser exemplarmente citado como o século em que os movimentos sociais emergem na história brasileira como fenômenos sociais abrangentes. Em que pese a grande extensão territorial do Brasil neste período, a ausência de um sistema estruturado de comunicações, os movimentos sociais alcançaram uma grande unidade (GOHN 1995, p.18)

Os levantes e insurreições ocorridos na primeira metade do século XIX, embora registrados pela historiografia oficial como fatos isolados e sem maiores implicações, foram, fundamentais para a construção da cidadania sócio-política do país (GOHN, 1995, p. 22).

Na mesma linha de pensamento, 89 autores como (MARX; DURKHEIM apud RICCI, 2005) afirmam que “Ao analisarmos a trajetória dos movimentos sociais é possível perceber o desaguadouro de demandas sociais dos segmentos da população não institucionalizados ou, até mesmo, excluídos dos processos decisórios e integração societária”. (p.02)

Nos últimos 50 anos, houveram momentos que a noção de Movimentos sociais e Organização sócio-política surgiu como uma daquelas ideias-força que atraem interesse, e acabaram sendo intensamente discutidas, motivando os grupos sociais interessados nas mudanças. (NAVARRO, 2001)

Um desses grupos é o de operários, uma vez que a força do movimento operário e dos movimentos populares determina a estratégia dos grupos populares. “Se a conjuntura é favorável à mobilização popular e expansão das lutas, a estratégia pode ser mais ofensiva, se o momento se apresenta desfavorável é marcado por uma retração das forças populares a estratégia é defensiva” (FALEIROS, 1985, p. 82). O autor defende a importância de que os movimentos saibam a hora de aparecer com maior e menor intensidade no tocante às lutas.

Já na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, começava a tentativa para desenvolver um novo quadro paradigmático que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe, privilegiando os estudos sobre os movimentos

sindicais, operários, ou nacional-populares, na interface da temática nação - classe.(SCHERER-WARREN,2004).

Na perspectiva desta autora, diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas.

No Brasil e em vários outros países da América Latina, no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, ficaram famosos os movimentos sociais populares articulados por grupos de oposição aos regimes militares, especialmente pelos movimentos de base cristãos, sob a inspiração da teologia da libertação.(GOHN,2001 p.3442).

É na década de 1980 que os movimentos sociais vão incluir parcelas mais amplas da sociedade. Surgem os movimentos ecológicos, que transcendiam a divisão política entre direita e esquerda e, também, o movimento em defesa dos direitos do consumidor. (PINSKY, 2003 apud AZEVEDO,2010 p.3)

Conforme Gohn (1999), os anos 80 foram bastante significativos para o país no sentido de conquista, identificando o homem como cidadão participante de uma comunidade de interesses solidários, e nas últimas duas décadas foi o principal promotor das grandes mobilizações. Esses movimentos sociais, particularmente os de caráter populistas, orientaram alguns avanços democráticos para que as relações sociais tecnocráticas e autoridades fossem levadas para formas menos coercitivas.

Segundo Gohn (1995) em consequência da abertura política que se deu nos anos 80,uma “nova racionalidade” surgiu ente os movimentos populares, a noção de direitos e participação popular tomou grande proporção, resultando na consolidação desses Movimentos Sociais.

Devido a conjuntura de lutas, e aos anos em que o Brasil viveu a ditadura militar, através dos movimentos e em decorrência da história, os trabalhadores, estudantes e a sociedade civil brasileira organizada chegaram ao momento em que o país passou a um Estado democrático de direito e naquele momento histórico construiu a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988.



A emergência de novas articulações entre Estado e sociedade, principalmente a partir da Constituição de 1988, deslocou grande parte das energias participativas para o interior dos novos espaços institucionais que, a exemplo dos Conselhos Gestores e dos Orçamentos Participativos (OP), resultaram, em grande medida, das lutas e reivindicações pela redemocratização do Estado.(SCHERER-WARREN,2004 *apud* SILVA,2012)

Diante deste contexto de tensões e movimentos, principalmente a partir dos anos 90, onde o Neoliberalismo atua no Brasil é necessário que sejam pensadas formas de organização.

A década de 90 delineou um novo cenário sociopolítico, os movimentos sociais populares tiveram diminuição quanto a sua intensidade, vista principalmente no declínio, uma crise, que entre as principais causas foi a fase do individualismo acompanhada das adequações do país a agenda macroeconômica. Esta crise foi instalada em certos ramos dos movimentos, mais precisamente nos de ordem popular. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise, porque haviam perdido seu alvo e o inimigo principal: os regimes militares.(GOHN, 2007 *apud* SILVA,2012)

Nesse âmbito também começa a se falar em crise dos “movimentos sociais urbanos”, esta não representava o seu desaparecimento nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos, mas sim uma rearticulação interna e externa de seu papel na sociedade. As transformações no contexto político levam também a emergência, e ao fortalecimento, de outros atores sociais, como as ONGs e outras entidades do terceiro setor. Assim, os movimentos populares passam a ser aliados ou até mesmo disputar com tais grupos organizados para demandar as necessidades sociais ao poder público (GOHN, 2003).

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular . Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola Entre outros. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos.(GOHN,2011 p.342)

O que é possível observar é que ao mesmo passo que as medias neoliberais foram avançando no país, foram surgindo outros movimentos sociais. No que concerne a reformas estatais, a ações assistenciais, movimentos de trabalhadores, movimentos previdenciários e , assim como atos em favor da paz, em luta a violência urbana.

Segundo Gohn (2011) “Grupos de mulheres foram organizados nos anos 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. O movimento dos homossexuais também ganhou impulso e as ruas.[...] O mesmo ocorreu com o movimento negro ou afrodescendente.[...] Os jovens também criaram inúmeros movimentos culturais, especialmente na área da música, enfocando temas de protesto, pelo rap, hip hop etc.” (p.343)

Para Correia (2001 apud AZEVEDO,2010), a sociedade civil serve-se dos movimentos sociais para conquistar direitos negados ou não disponibilizados pelo Estado. Presume-se que os movimentos sociais são tentativas coletivas e organizadas que têm a finalidade de buscar determinadas mudanças ou até mesmo estipular a possibilidade de construção de uma nova ordem social.

Apesar do enfraquecimento dos movimentos sociais e da rearticulação do papel destes na sociedade, é imprescindível considerarmos a sua grande relevância no processo democrático brasileiro, mediante sua atuação voltada a reivindicação dos direitos, até então, não disponibilizados aos cidadãos.(AZEVEDO,2010,p.4)

No Brasil é possível observar os movimentos sociais como tendo contribuído para a organização Social, nesse processo pode-se entender a coletividade como sendo o centro da luta pela garantia de direitos. Porém é necessário que possa entender toda a conjuntura dos movimentos sociais brasileiros para que se possa a partir daí compreender os movimentos sociais inseridos na realidade Amazônica considerando suas singularidades.

### **2.1.1 Crise ambiental no contexto contemporâneo: breve contextualização.**

A *crise ambiental* irrompe nos anos 60 e 70 do século XX como uma crise de conhecimento que construiu um *mundo insustentável*. Nessa crise emerge modelo de *conhecimento ambiental* que questiona a racionalidade da modernidade. Relacionado com os princípios da incerteza e complexidade, do pensamento utópico e ética da

alteridade, perguntas e pensamento linear e mecanicista logocentrismo da ciência e sua aspiração por objetivo a verdade decorrente de identidade entre a teoria e a realidade (LEFF 1998 ; 2006).

Um dos mais importantes movimentos sociais das últimas décadas ,promovendo significantes transformações no comportamento da sociedade e na Organização política e econômica ,foi a chamada “revolução ambiental”.Com raízes no final do século XIX,a questão ambiental emergiu após a Segunda Guerra Mundial ,promovendo importantes mudanças na visão de mundo. Pela primeira vez a humanidade percebeu que os recursos naturais são finitos e que seu uso incorreto pode apresentar o fim de sua própria existência .(CUNHA ; GUERRA 2005)

No século XIX,a crença, seja, de esquerda ou de direita, de que o progresso levaria o homem a uma sociedade melhor era dominante, e os recursos naturais pareciam inesgotáveis, como se, realmente, sempre iria existir mais recursos. (CARVALHO 2011).

De modo geral, de acordo com Leff (2007) e Silva (2010), as evidencias deste processo se dá no carecimento dos recursos não renováveis, no aquecimento global, na produção e consumo de produtos descartáveis, desigualdades entre classes, populações e grupos sociais, sem que haja um planejamento do uso da natureza, apresentando uma contradição entre a necessidade de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.(*apud* SILVA 2012).

Nas últimas décadas do século XX, as discussões sobre o meio ambiente começaram a se intensificar ,por volta da década de 60 e posteriormente ganharam mais visibilidade no início da década de 70,formações de grupos de estudos e importantes encontros foram realizados em todo o mundo.

Em 1972 um grupo de pesquisadores, coordenado por Dennis L. Meadows, denominado de *O Clube de Roma*, publicou um estudo intitulado “*Limites do crescimento*”. que começa a discutir e publicar sobre o assunto e neste mesmo ano acontece a Conferência de Estocolmo que teve como foco a questão ambiental, mais especificamente a degradação do meio ambiente.( BRUSEKE, 1994 *apud* SALES,1981).

Em seguida, ainda vieram a Declaração de Cocoyok, resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas), em 1974; o Relatório da Fundação Dag-Hammarjod, em 1975, que aprofundou as posições da Declaração de

Cocoyok; o Relatório Brundtland e; por fim, a UNCED no Rio, em 1992, conhecida como a Rio Eco-92 (BRUSEKE, 1994 *apud* Sales 1981).

Realizada de 3 a 14 de junho de 1992, a (também conhecida como Cúpula da Terra ou Eco-92),foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, como destaca Rebouças (2012).

Oficialmente era referida como **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** (CNUMAD), e , popularmente, como **Rio 92**. O objetivo da conferência era a busca de meios que permitisse o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação da natureza. [...]As bases para a Eco-92 foram lançadas em 1972, quando a ONU organizou sua primeira conferência ambiental, em Estocolmo, e em 1987, quando o relatório "Nosso Futuro Comum", das Nações Unidas, lançou o conceito de desenvolvimento sustentável.

As grandes transformações, o modelo de desenvolvimento capitalista ,que se apropria dos recursos naturais de maneira a causar sérios danos ao meio ambiente, contribuíram fortemente para o cenário de geração da crise ambiental .Como enfatiza Milton Santos (1996 *apud* CUNHA ; GUERRA 2005)

Essas questões fazem parte do capitalismo tecnológico e o seu impacto no meio natural. A natureza sofre ,antes de mais nada um processo de instrumentalização ,tornando-se um processo social e com isso “desnaturalizada”(p.27)

No início do século XXI diversos países ja possuem legislação com diretrizes voltadas à questão ambiental, a educação ambiental já é reconhecida e valorizada e as ONGS que trabalham com essa questão já são inúmeras e encontram-se espalhadas por todo o mundo.

Nos últimos 30 anos o que pode ser observado é que a discussão em torno da relação Estado-sociedade-natureza tem acontecido com mais frequência tanto em níveis internacionais quanto nacionais, por tratar de um tema que esteja causando inquietação aos que discutem e com isso podendo ser identificados neste processo, diferentes tendências de análise e interpretação.(CHAVES ; RODRIGUES 2006 )

A crise ambiental se configura através do processo pelo qual o meio ambiente emerge como uma preocupação relevante em muitas sociedades contemporâneas é o resultado da conjunção de vários elementos e da ação de instituições sociais e forças variadas.

Como a sociedade é construída por processos conflituosos, existem diferentes grupos que buscam a construção de um ambiente que melhor corresponda aos anseios de satisfação das suas necessidades materiais e culturais. Isso implica não apenas em concepções, mas em definição das diversas formas de usos dos recursos naturais.(DA COSTA,2011)

Quanto ao uso, pode-se diferenciar aqueles que conservam uma relação mais racional com a natureza, pois não se encontram num plano distante de outros seres aí existentes, de certo ponto de vista, a exemplo de muitas populações tradicionais, que não estabeleceram uma ruptura entre as relações sociais dos homens entre si e o natural. De outro lado, existem os usos definidos a partir da natureza mercantilizada, apropriada como recurso para valoração econômica, o que ocorreu, principalmente, a partir da construção do modelo urbano industrial sob um paradigma científico-político-econômico reducionista (PORTO-GONÇALVES, 2004)

No tocante ao uso a natureza por meio de populações tradicionais percebe-se que esta relação não é predatória, nem pré – capitalista, pois essas populações ainda utilizam-se da troca e não visam acumulação. Já na sociedade urbano industrial, a natureza é mercadoria e o homem através, da sua força de trabalho, também foi transformado em uma espécie de mercadoria fictícia, que vai para a lógica mercantil como recurso indispensável ao capital.

No Brasil depois de 1986 emerge a utilização do modelo de sustentável, que não se preocupa somente com a conservação, mas, a partir de uma análise global do problema, procura o crescimento econômico sempre em respeito com a questão ecológica, buscando, assim, a convivência do ser humano e do meio ambiente em vista somente a preservação desta ou daquela espécie .

Na Amazônia entre suas especificidades pode-se identificar a criação de Unidades de conservação buscando a convivência mais racional do homem com a natureza e isso ocorre devido uma preocupação que se tem com as relações que já foram modificadas ao longo do tempo, principalmente no tocante a essa relação “Homem-Natureza”, discussão que será aprofundada posteriormente.

No contexto do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo emergem uma série de contradições que comprometem o trabalho, a natureza e a possibilidade de reprodução a longo prazo da humanidade, resultado de uma crise estrutural do capital. Uma crise que vem sendo considerada orgânica, endêmica e permanente, na qual o sistema se encontra com seus próprios limites intrínsecos (PINTO, 2010).

Neste contexto a discussão englobará as questões da Amazônia que também estava inserida nesta crise, para isso é necessário compreender os movimentos sociais que estavam acontecendo neste período.

## **2.2 Organização Sócio-política e movimentos sociais na Amazônia.**

A ideologia política durante os governos militares ,de 1964 a 1985 buscou construir simbolicamente a Amazônia como um grande vazio (demográfico e social), cuja ocupação seria estratégica para o desenvolvimento do país e para a proteção das fronteiras nacionais. Alicerçados sob estes argumentos, ambiciosas obras de infraestrutura e projetos de colonização foram planejados para a região, deixando impressas as marcas da perspectiva desenvolvimentista então vigente.(LACERDA,2013.p.155)

Ainda segundo Lacerda (2013) ,em relação aos interesses em ocupar essa região:

O período dos grandes investimentos na região se inicia no governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967), com o anúncio da Operação Amazônia, em 1965, e, um ano mais tarde, com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada por Getúlio Vargas. Como vemos, embora a intervenção governamental na Amazônia date, pelo menos, dos anos 1940, as ações intensificaram-se durante os governos militares. Anos mais tarde, serão estas as ações a se transformarem em objeto de crítica e reação por parte dos grupos institucionalizados.(p.156)

Segundo Chaves (2001), o cenário brasileiro era turbulento até o final da década de 60 com a questão da terra, e a década de 70 também foi marcada pela política de colonização da Amazônia como estratégia de regularização da questão fundiária. Este modelo militarista além de favorecer aos grandes proprietários de outras localidades do país, também incentivava a colonização através da política dos “homens sem terra do Nordeste às terras sem homem da Amazônia” (p.38), isso fortaleceu os interesses dos mandatários ao mesmo tempo em que desmobilizou os movimentos organizados. (*apud* SILVA 2012)

No que concerne aos movimentos sociais ,eles surgiram após a criação da *Transamazônica* com a participação dos posseiros,latifundiários,indígenas e posteriormente com os colonos e a Igreja católica que fez parte dessa organização, segundo Lacerda (2013) “A estruturação de formas de mobilização social na Amazônia

está diretamente ligada às gestões de padres e bispos inspirados pela Teologia da Libertação.”(p.158)

O que ao passar dos anos se reconfigurou, para a autora supracitada, em um quadro de afastamento do repertório religioso e de busca de autonomia, uma vez que a igreja sempre esteve a frente dos movimentos, contudo parecem mais expressivos do contexto contemporâneo de mobilização na Amazônia os grupos e as lideranças que se distanciam da vertente católica em função de uma nova configuração institucional. Atualmente, como os recursos disponíveis para o financiamento dos movimentos sociais, em boa parte provêm de setores governamentais, não é necessário que a igreja esteja ligada a esses movimentos.

No que diz respeito as políticas pensadas e implantadas na Amazônia, “A trajetória da região foi direcionada a partir das políticas de integração da região ao território brasileiro. O objetivo de expansão das relações capitalistas na região esteve presente em todos os ciclos, combinando interesses políticos e econômicos. Esses modelos econômicos se contrapuseram a organização cultural da região gerando conflitos e tensões” (CHAVES,2001).

Porém, no ponto de vista dos governantes da época a ocupação da região se fazia necessária, para a expansão principalmente da economia e para que o controle político estivesse nas mãos destes. Para Chaves (2001)

“As condições favoráveis da região, enquanto área estratégica para controle geopolítico e depositária de uma biodiversidade e sociodiversidade inestimáveis, provocaram, ou pelo menos contribuíram significativamente, para o deslocamento de capitais para a região. Os modelos de desenvolvimento adotados na região, embora tenham variado desde o processo de colonização, geraram impactos danosos às populações tradicionais da Amazônia, criando sérias dificuldades para a continuidade de seus modelos históricos de adaptação ao ambiente ecológico, priorizaram a ocupação da região, via programas desenvolvimentistas (Grandes Projetos), cujos interesses voltavam-se principalmente para o controle geopolítico.”(p.42)

Passado o momento em que foram feitas campanhas para a ocupação da Amazônia, emergem problemas no que concerne as formas de uso dos Recursos naturais, dando início a criação e implementação de políticas de conservação destes espaços. O que gerou tensões com as populações que habitam essas áreas, uma vez que não é de seu interesse, deixar esses locais.

Esses processos de ocupação e de desenvolvimento impostos, via ação política de agências governamentais como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), dentre outros, deixaram marcas deletérias sobre o

espaço e os povos amazônicos, cujos impactos puderam ser notados nos ecossistemas regionais, nas formas de ocupação da região e na organização sociocultural das populações amazônicas.(CHAVES ; BARROS ; FABRÉ ,2001 p.42)

Como explica Diegues (2001) em 1984, assiste-se a uma oposição das populações locais a sua expulsão de seus territórios ancestrais. Essa reação tem como causas a reorganização da sociedade civil brasileira, por meio de um grande número de movimentos sociais e um conjunto de alianças que incluem também parte do movimento ecológico tanto nacional quanto internacional.

Para Chaves (2001) os movimentos sociais na região visavam soluções para enfrentamento dos problemas sociais e de desenvolvimento regional, embora, estas problemáticas sejam bastante abrangentes. Para solucioná-los requer a elaboração de políticas públicas no plano macro estrutural. Mas a Organização local produz pressão junto as autoridades responsáveis a fim de obter resultados positivos para a comunidade.

Na década de 90, pouco a pouco, novos movimentos sociais vão surgindo em vários lugares do país. São, na sua maioria, movimentos que encontram-se no meio rural e acontecem através de uma prática política que supera os traços corporativos que ocorriam em tempos pretéritos.

Barroso (2010 *apud* BINDÀ 2003 ) afirma que todo o processo de lutas continua nos movimentos sociais rurais na Amazônia, de mobilização e organização possuindo um aspecto particular em sua dinâmica, tinham o objetivo de preservar suas condições sociopolíticas e culturais de existência.

Este aspecto pode ser visualizado no avanço desses movimentos dentre os quais se destacam na década de 80 e 90, como afirmam (CHAVES 2001; BARROSO 2010; *apud* SILVA 2012) os seguintes :

O Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, a estruturação das Reservas Extrativistas – RESEX (seringueiros e castanheiros) a criação e reconhecimentos de uma metodologia própria de Demarcação das Terras Indígenas, a Reforma Aquática (ribeirinhos) o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (posseiros e migrantes), o Movimento em Defesa do Desenvolvimento da Região do Tocantins (vários segmentos), a Aliança dos Povos da Floresta (seringueiros, castanheiros, índios) Movimento contra as Barragens (índios, posseiros, ribeirinhos). (p.38)

Dentre os movimentos sociais que compõem a Amazônia, quatro movimentos se sobressaem, os quais na atualidade possuem maior força de mobilização e organização, o movimento indígena e o movimento dos sindicatos rurais, no qual o movimento dos assentados está vinculado, movimento dos seringueiros e o movimento dos ribeirinhos.(BARROSO,2010)



Vale ressaltar que um movimento de grande contribuição para Amazônia foi o dos ribeirinhos na luta pela preservação dos rios e florestas, na defesa do seu modo de produção, a sua forma de vida, as formas de relação sociais, além da permanência de um conjunto de significados simbólicos do seu modo de ser e viver. (SCHERER-WARREN 1993)

Segundo Barroso (2010) ,em razão da região amazônica possuir uma diversidade sociocultural articulada a uma rede de relações sociopolíticas que se correlacionam e se interpõem, formam uma complexa organização sociopolítica cujas alianças saíram do plano local e passaram a ser articuladas as mobilizações sociopolíticas de alcance globais,é necessário que se amplie a discussão em torno da questão dos movimentos sociais da região.

Diante disto pode-se afirmar que existem diversas modalidades de manifestações sociopolíticas que se intercalam e aparecem relacionadas entre si em uma rede complexa, nessas redes pode-se perceber que alianças políticas estão presentes no plano local em articulação aos movimentos sociais de alcance Nacional e Internacional.

Após percorrer o contexto dos movimentos sociais o nível macro e chegar até a Amazônia, um dos fatores que se observa é principalmente no que diz respeito a crise ambiental que é gerada pela ocupação, pelo uso de recursos naturais não renováveis e renováveis e principalmente pela ação humana com a questão da produção em grande escala, gerando assim o que os estudiosos tem denominado de crise ambiental.

### **2.2.1 Unidade de Conservação em debate**

As unidades de conservação emergem como instrumentos utilizados para a conservação da natureza, visando a proteção dos espaços de grande importância do ponto de vista ecológico .

A Criação de reservas e parques deriva da corrente naturalista, que surge no século XIX, criando o mito moderno do paraíso perdido. Na leitura de Diegues (2004) a questão do Neomito ,põe em evidência que este foi transposto dos EUA para os países do terceiro mundo, com situações socioculturais e ecológicas distintas”.

Porém, de acordo com Ellen (1989 apud DIEGUES, 2004) a natureza em estado puro não existe. As florestas tropicais abrigam populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores, que possuem seus próprios mitos e relações com a natureza. A

legislação brasileira que cria parques, muitas vezes retira essas populações destas áreas, causando problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural. As populações tradicionais têm modos de vida particulares que desenvolvem grande dependência dos ciclos naturais.

Neste contexto, ainda na década de 1980 começa a ganhar força um movimento que estabeleceu crítica aos paradigmas *Preservacionistas* e aos pequenos resultados alcançados através desse modelo. As diferenças na abordagem *conservacionista* em relação ao paradigma preservacionista para a proteção ambiental podem ser resumidos em cinco aspectos centrais( CUNHA ; COELHO 2005) :

- a) As comunidades locais com suas práticas e valores ,deixam de ser vistas como “saqueadoras da natureza” e passam a ser encaradas como atores sociais importantes para a conservação dos recursos naturais (BROWN e WICKOFF-BAIRD,1994 ; GIBSON e KOONTZ,1998)
- b) A natureza passa a ser tratada como um recurso e as estratégias de conservação passam a se basear na noção de manejo sustentado. Os programas de proteção da natureza deveriam levar em conta os interesses econômicos e a satisfação das necessidades humanas básicas das populações locais ( SATERSON,1994;BROWN E WICKOFF-BAIRD,1994;KAISER 1999)
- c) Os conservacionistas privilegiam a proteção da estrutura e funcionalidade das florestas e não a de sua biodiversidade. Essa mudança de perspectiva permitiria a conciliação entre os objetivos de manutenção dos serviços ambientais e de exploração de seus recursos pelas populações locais (NEPSTAD E SCHWARTZMAN,1992;NEPSTAD *et al*,1992)
- d) Os conservacionistas chamam atenção para o papel dos agentes da sociedade civil como colaboradores das instâncias governamentais na elaboração e na execução de políticas e da gestão ambiental ,e clamam por estruturas mais participativas de tomada de decisão( HALL,1997;GIBSON E KOONTZ,1998;KAISER,1999)
- e) Para os conservacionistas ,é importante analisar que se beneficia das políticas e programas de conservação das florestas tropicais. A distribuição de custos e benefícios entre grupos sociais distintos passa a ser uma preocupação do movimento ambientalista (NEPSTAD E SCHWARTZMAN,1992;BROWN E WICKOFF-BAIRD,1994) (p.65-66)

Com o intuito de garantir, minimamente, a conservação de ecossistemas, se desenvolveu o conceito de áreas naturais protegidas, denominadas no Brasil de "Unidades de Conservação" (UICN, 1984).

As unidades de conservação são “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-

regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, I, da Lei 9.985/2000)

No entanto, na perspectiva de Diegues (1996) esta iniciativa não deveria ser aplicada em países tropicais como o Brasil, onde as florestas são habitadas por grupos humanos que se desenvolveram secularmente em consonância com a natureza, caracterizados por modos de vida específicos, com isso se tornando dependentes dos recursos da natureza, são as chamadas *Populações Tradicionais*.

Segundo Diegues, (2001) a imposição desses neomitos (a natureza selvagem intocada) de espaços públicos sobre os espaços dos "comunitários" e os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas

A criação de áreas naturais protegidas em territórios ocupados por sociedades tradicionais, é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados, à terra onde viveram seus antepassados. O espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano-industrial. (DIEGUES, 2001)

Nesse contexto é criada, a Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamentada no art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.

O SNUC divide as UCs em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral são criadas com o objetivo de preservar a natureza, sendo permitido que seja feito unicamente o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na própria Lei. Já as Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas.

**O grupo de Unidades de Proteção Integral é composto por cinco categorias de unidades de conservação:**

- **Estação Ecológica** – tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas
- **Reserva Biológica** tem por finalidade a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus

limites, sem interferência direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

- **Parque Nacional** objetiva a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- **Monumento Natural** - visa a preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
- **Refúgio de Vida Silvestre** – tem como finalidade proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.(IPAM,2008)

**O grupo de Unidades de Uso Sustentável é constituído por sete categorias de Unidades de Conservação:**

- **Área de Proteção Ambiental** é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
- **Área de Relevante Interesse Ecológico** – é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- **Floresta Nacional** – é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- **Reserva Extrativista** – é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

- **Reserva da Fauna** – é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- **Reserva de Desenvolvimento Sustentável** – é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- **Reserva Particular do Patrimônio Natural** – é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.(IPAAM,2008) <sup>1</sup>

É comum que as UCs sejam genericamente denominadas ‘Parques’, ‘Parques Nacionais’ ou ‘Reservas’. Isso ocorre por que anteriormente à criação do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação** (SNUC), em 2000, que unificou etapas e criou diretrizes comuns para a criação, gestão e manejo das mesmas, já haviam instrumentos legais que disciplinavam a criação de Parques e Estações Ecológicas e outras áreas protegidas<sup>2</sup>.

No que concerne ao Estado do Amazonas foi aprovado em 5 de junho de 2007, pela Lei Complementar 53, instituindo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), que estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação estaduais, classifica infrações e estabelece penalidades. Essas unidades são definidas como áreas que possuem características naturais relevantes e cujo ecossistema necessita de proteção e conservação. Na região da Amazônia existem várias áreas de conservação as quais se diferem das demais regiões do país ,principalmente pelo *modos vivendi* da população local que na maioria das áreas estão em ambientes voltados para o extrativismo e dependência quase que total dos recursos naturais.

### 2.3 Questão socioambiental na Amazônia : limites e perspectivas.

<sup>1</sup> IPAAM disponível em <<http://www.ipam.org.br/saiba-mais/Unidades-de-Conservacao/2>> acesso em 5 nov 2012

<sup>2</sup> Disponível em : < [www.uc.socioambiental](http://www.uc.socioambiental)> acesso em : 03 out 2012.

A questão ambiental na Amazônia tem suas particularidades desse modo, se faz necessário uma melhor compreensão para entender os caminhos percorridos até a atualidade no que concerne a questões referentes ao meio ambiente, contexto em que a pesquisa está inserida.

Segundo CARVALHO (2007 p.18), o modelo de desenvolvimento da Amazônia durante o regime militar "teve sérias consequências ambientais e já no final da década de 70 podiam ser detectados alguns impactos negativos deste modelo de ocupação da região. No entanto, o governo brasileiro não teve, então, a preocupação de lidar com tais impactos".

Somente após este período que são debatidas soluções para essas questões Godard (2002 apud CHAVES ; RODRIGUES 2006), afirma que "é após a década de 70 que começa a se estabelecer a consciência de que, as raízes dos problemas ambientais estariam nas formas de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões, sem uma reflexão e consequente ação sobre este modelo de desenvolvimento proposto. (p.201)

A questão ambiental numa perspectiva macro tem se evidenciado nos últimos anos, conforme o designo do capital e eminente da ação do homem por meio do consumo excessivo dos recursos naturais. É no contexto do capitalismo do final do século XX e início do século XXI, marcado por grandes acumulações financeiras, que a crise ambiental torna-se evidente sobretudo a partir da década de 60.( SILVA,2012).

A história das sociedades é marcada pelo movimento progressivo de apropriação dos recursos naturais pelas diferentes formações sócio históricas e culturais. Neste movimento, os agentes sociais marcam seus espaços com características peculiares determinadas pelas relações que estabelecem entre si em seu modo de vida,o uso dos recursos como "parte da natureza usada para atender as demandas da sociedade de acordo com as necessidades históricas, a partir da criação laborativa dos agentes sociais, os recursos são transformados,isso ocorre com as sociedades tradicionais". (BINDÁ, 2003 p.64 )

Morán (1990 apud BINDÁ ,2003 p.66) destaca que, ao longo de sua existência histórica, "as populações indígenas e caboclas da Amazônia têm-se adaptado ao meio ambiente físico amazônico e às forças externas da sociedade colonial e nacional. Os graus de adaptação ao meio ambiente amazônico que cada uma destas tem atingido num

momento dado, varia em função das forças históricas, sociais e político-econômicas que os têm influenciado”.

A questão central é que a região Amazônica, principalmente nas áreas mais distantes é habitada, não só pelos indígenas mas também por populações tradicionais e a preservação se torna algo discutível e em razão da presença destes moradores é necessário que se desenvolvam alternativas que viabilizem a permanência e subsistência destes em suas áreas de origem.

Segundo BINDÁ (2003), a partir da década de 80, destacaram-se os estudos sobre as formas de gestão dos recursos naturais e da organização sócio-cultural das populações tradicionais. Desenvolveu-se um campo de ação com inovadoras perspectivas de valorizar os saberes tradicionais na gestão dos recursos naturais, que vai além do aspecto cognitivo, os quais são designados pela sigla TEK (Traditional Ecological Knowledge<sup>3</sup>).

No cenário onde a Amazônia possui áreas protegidas e de conservação, a questão social apresenta-se nas mais variadas expressões cotidianas, de tal modo, que a questão socioambiental pode ser configurada como uma destas expressões. Dessa forma, “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais” (Leff, 2007, p. 111).

Processos esses que a partir da lógica de apropriação dos recursos existentes na Amazônia foram surgindo como demandas para que a situação em que a Amazônia está inserida seja discutida e pensada alternativas para a região, como já citadas as Unidades de Conservação são uma das maneiras de se pensar a relação entre o homem e a natureza afim de que as necessidades sejam atendidas.

### **2.3.1 Estabelecimento de Unidades de Conservação na Amazônia :um breve debate.**

Um dos significados modernos da Amazônia é o reconhecimento político de sua diversidade ambiental e social. Com a emergência da questão ambiental, a Amazônia atual é um importante cenário dos dilemas da modernidade na busca de modelos

---

<sup>3</sup> O TEK foi também associado ao movimento de direito de propriedade intelectual direcionado para proteção de agricultores e coletores, ante as empresas capitalistas que se apropriam do conhecimento desses povos sem pagar por isso. No campo de referências da gestão, nas organizações internacionais (p.ex. IUCN, UNESCO), além da sigla TEK, tais saberes são nomeados por TEKMS (Traditional Ecological Knowledge and Management Systems).

alternativos de desenvolvimento. É nesse espaço do planeta que se localiza grande parte dos recursos naturais que são reconhecidos como patrimônio da humanidade e onde muitos povos reproduzem seus saberes tradicionais, que constituem inestimável valor cultural para a conservação da natureza.(MOURA; CASTRO,2012)

Neste contexto surge a preocupação com a devida conservação desta área e tendo em vista a expansão da fronteira amazônica ,foram criadas algumas importantes áreas de conservação. “Essas propostas partiram sobretudo de preocupações científicas e ambientalistas, por causa do rápido desmatamento da Amazônia (QUINTÃO, 1983 apud DIEGUES,2001)”.

As unidades de conservação são espaços territoriais (com sua biodiversidade e seus respectivos recursos ambientais, suas águas jurisdicionais) legalmente instituídos pelo poder público, que possuem características naturais relevantes, com objetivos de conservação e com limites bem definidos, operando sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção e diferentes categorias de manejo (MMA, 1998)<sup>4</sup>.

Segundo DIEGUES (2001). Na Amazônia o Programa de Integração Nacional (PIN) propôs, em 1970, quinze pólos de desenvolvimento na região e a criação de unidades de conservação. Em 1974 foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba, com 1.000.000 de hectares, e em 1979 três novos parques foram criados na região (pico da Neblina, Pacas Novas e serra da Capivara). Em 1975, o II Plano Nacional de Desenvolvimento também previa a criação de novas unidades de conservação na região amazônica.(p.133)

Uma grande discussão gira em torno da implantação de áreas de proteção que já são habitadas por populações tradicionais que ocupam há muito tempo esses locais e já vem perdendo seu espaço visto que em sua maioria, esses territórios são estabelecidos sem contar com a aprovação dos moradores locais.

A ocupação dessas áreas normalmente é composta pelos *caboclos* que segundo a antropóloga Débora Lima-Ayres (1992 apud UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, 2000), seriam os pequenos produtores familiares que habitam a região amazônica e retiram sua subsistência da exploração de recursos naturais e eles podem ser distinguidos dos demais moradores que advém de outros lugares facilmente por possuírem hábitos alimentares, padrões de moradia bem particulares da região.

---

<sup>4</sup> Ministério do Meio Ambiente , Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>> acesso em 05 novembro 2012.



Esses caboclos que vivem na região ,fazem parte das *populações tradicionais* que Arruda (1999 apud UNIVERSIDADE DE SAO PAULO, 2000) classifica como aqueles que :

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.(p.274)

O conceito de Arruda (1999 apud CAÑETE ; AÑETE 2009) é bastante amplo, tendo como especificidade a exposição da situação de fragilidade em que as populações tradicionais se encontram, pois as mesmas não apresentam documentos que comprovem seus direitos sobre as terras historicamente ocupadas.

A preocupação com as "populações tradicionais" que vivem em unidades de conservação é relativamente recente no Brasil, e até pouco tempo (e ainda hoje para os preservacionistas clássicos) eram consideradas "caso de polícia", pois deveriam ser expulsas da terra em que sempre viveram, para a criação de parques e reservas.(DIEGUES,2001).

Ainda segundo referido autor , em muitos casos, a criação dessas áreas protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras, fenômeno que já ocorria antes do estabelecimento das unidades de conservação. Entretanto, foram severamente tolhidos de exercer, no interior dessas áreas, suas atividades habituais, como a agricultura, o extrativismo e a pesca. Impossibilitados de continuar em seu modo de vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a migrar, engrossando as favelas de inúmeras cidades costeiras.

Essas populações tradicionais possuem um modo de vida de integração com a natureza, desenvolvendo nesta o seu *modus vivendi*, diferentemente da relação que a sociedade ocidental industrial demonstra para com a biodiversidade,o que se qualifica de suma importância,umas vez que ,nas palavras ainda do referido autor , essas populações tradicionais desenvolveram um outro tipo de relação homem natureza, através de:

modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica (DIEGUES, 1994, p. 14-15 *apud* CAÑETE ; AÑETE 2009).

Desta forma DIEGUES (1993, 1994, 1997; DIEGUES et al, 2001) sugere que algumas sociedades e populações contribuem para o aumento da diversidade de espécies, de ecossistemas e genética, visto que desenvolveram uma relação de integração com a natureza, logo, uma relação de manipulação dos recursos naturais sem causar impactos negativos ao ecossistema.

É o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé onde está localizada a comunidade de Julião –Am, o lócus da pesquisa que é uma área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais para a sua subsistência e que permite visitação pública e a realização de pesquisas científicas, estando a mesma enquadrada nos requisitos do Ministério do Meio Ambiente .

### **3.CAPITULO I - A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ: caracterização do objeto da pesquisa.**

Apesar da grande controvérsia envolvida as unidades de conservação são uma importante medida de proteção e conservação da biodiversidade em tempos de grande ameaça (LAURENCE et al., 2004)

Com o objetivo que fosse efetivado à proteção ambiental da região do Lago do Tupé, o poder público municipal no ano de 1990, declarou a Praia do Tupé como uma Área de Relevante Interesse Ecológico(ARIE), pela Lei Orgânica do Município de Manaus. Já em 1995, pela Lei Municipal No 321, a área passou a ser a Unidade Ambiental do Tupé (UNA -Tupé) definindo-se também os limites territoriais dessa área com isso passando a integrar o sistema Municipal de Unidades de Conservação.

Com o passar do tempo em 1999 o Decreto Municipal No 4.581, de 18 de junho instituiu aquela área como “Espaço Territorial de Relevante Interesse Ecológico”, e atribuiu a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (SEDEMA) , hoje SEMMA, a gestão ambiental daquela localidade. Por meio da Portaria No 18/99, de 24 de junho, a SEDEMA instituiu o Regulamento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE -Tupé), definindo os seus limites espaciais, estabelecendo diretrizes e estratégias para implantação e o funcionamento dessa unidade.(PLANO DE MANEJO , 2008 p.19)

Em 2002, pela Lei No 671/02 e atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), a UNA -Tupé foi ré enquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé (REDES do Tupé).

A Constituição Brasileira, no seu artigo 225, declara que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações”. Desta forma as populações tem direito a permanecer nas áreas de conservação.

Dentre os modelos de conservação da biodiversidade em unidades de conservação de uso sustentado que foram desenvolvidos no período de discussão da conservação de áreas sem retirar a população local, podem ser destacados o de criação e manejo de reservas extrativistas (Allegretti,1992) e o de criação e manejo de reservas de desenvolvimento sustentável (Queiroz, 1994).

Segundo Allegretti (1994 apud QUEIROZ,1994) é na tentativa de viabilizar este aparente dilema, que as formas recentes e alternativas de gestão e manejo de unidades de conservação de uso sustentável, particularmente na Amazônia, têm produzido grandes resultados nos últimos quinze anos.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé foi criada em 25 de agosto de 2005, pelo Decreto n.º 8.044, pelo poder público municipal de Manaus, sobre a categoria de unidade de uso sustentável ao qual tem como objetivo de :

“preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais” (Plano De Manejo, 2008, p. 16)

Das comunidades que encontram-se em sua jurisdição Nossa Senhora do Livramento, São João do lago doTupé, Agrovila, Julião e Colônia Central e Tatu.

A denominação REDES do tupé ,proveniente do nome genérico que historicamente vem sendo utilizado para denominar a região onde essa reserva está situada,tem origem no tupi e se refere a um tecido entrançado,feito com talas de arumã<sup>5</sup>.Assim a adoção da sigla REDES,ao invés de RDS,para designar a categoria dessa unidade de conservação,se justifica uma vez que o termo,foi utilizado pela Lei 671/2002 e todos os outros documentos legais desta unidade,também devido o termo ter forte simbologia com as tradições das populações Amazônicas e pela ideia de entrelaçamento.(REDES DO TUPÉ,2009).

---

<sup>5</sup> Planta da família Matantácea, que cresce em terrenos úmidos ou semialagados e brota após o corte. É utilizada pelos povos amazônicos ,a partir do Maranhão, natural e/ou tingida, para secar e transportar produtos agrícolas, para forrar o chão, para cobrir embarcações, ou ainda como peça artística e de artesanato.

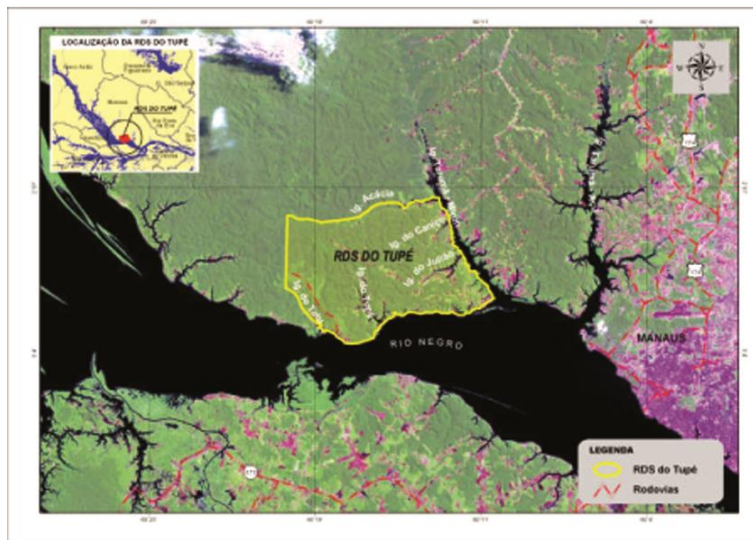


Figura 01: REDES do Tupé.  
 FONTE: Plano De Manejo, 2008

De acordo com o Plano de Manejo da RDS do Tupé sua localização é na zona rural de Manaus, à margem esquerda do rio Negro e possui os seguintes limites: começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé do Tatu ( $03^{\circ} 03' 02,241''S$  e  $60^{\circ} 17' 46,121''W$ ), seguindo por este até sua nascente ( $03^{\circ} 01' 18,293''S$  e  $60^{\circ} 19' 10,903''W$ ); desse ponto, segue por uma reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia ( $02^{\circ} 58' 03,139''S$  e  $60^{\circ} 19' 10,404''W$ ), daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tatumã-Mirim ( $02^{\circ} 57' 25,023''S$  e  $60^{\circ} 12' 45,624''W$ ), e por fim segue pela margem direita do igarapé Tatumã-Mirim até a sua foz como o rio Negro ( $03^{\circ} 01' 42,851''S$  e  $60^{\circ} 10' 30,770''W$ ), seguindo pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu.

O acesso a Unidade a partir de Manaus é feito exclusivamente por meio fluvial, através do rio Negro. O transporte mais utilizado são as lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF) localizada na Ponta Negra que transporta diariamente passageiros para as comunidades da REDES do Tupé e de seu entorno. O tempo de viagem até a Unidade varia de acordo com a embarcação e a potência do motor, que podem durar de 20 a 30 minutos.

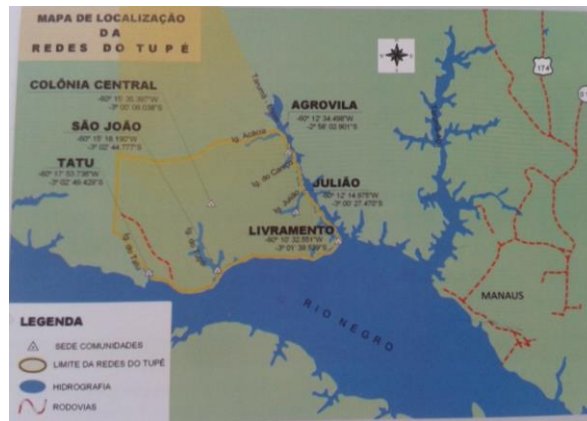


Figura 02 : Localização da REDES do Tupé e de suas comunidades  
 Fonte : REDES DO TUPÉ ,2009

O Plano de Manejo é um documento técnico, uma ferramenta de gestão, mediante a qual, com fundamentos nos objetivos de uma unidade de conservação, se estabelece seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O Plano de Manejo do Tupé está sendo elaborado através de consultoria com recursos financeiros do Projeto Corredores Ecológicos, um convênio assinado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Prefeitura de Manaus, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA. Através do Projeto Corredores Ecológicos, em 2006 foram finalizados os levantamentos florístico, faunístico e dos recursos hídricos. O levantamento socioeconômico foi realizado em parceria SEMMA/UFAM/SDS com recursos financeiros da FAPEAM, mas essas informações não constam no plano que até o presente momento ainda não foi entregue aos líderes da comunidade, segundo informaram os mesmos, uma vez que ainda não foi finalizado.

Os objetivos do Plano de Manejo da REDES do Tupé são os seguintes: Levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; Orientar a gestão da UC; Definir ações específicas para o manejo da UC; Orientar a aplicação dos recursos financeiros destinado à UC; Destacar a importância da Unidade de Conservação para a região e para o país; Estabelecer zoneamento e normas de uso; Promover a integração socioeconômica das comunidades relacionadas com a UC .(Plano de Manejo,2008 p.16)

De acordo com os dados da ONG IPÊ (2007),o Baixo Rio Negro no período da colonização era habitado pelos povos Tarumã, Manaós e Barés. Estas populações, principalmente os Manaós, enfrentaram com a colonização repressões violentas o que

desencadeou uma transformação cultural e perda populacional, pois aqueles que não foram mortos acabaram por ser incorporados aos aldeamentos e conseqüentemente chegando até a extinção absoluta de alguns, em decorrência dos empreendimentos mercantis e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus. Este fato ocasionou o abandono das terras da região do Tupé que chegou a si tornando desabitada.

#### 4.CAPÍTULO II – DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia é uma parte necessária para a execução da pesquisa, uma vez que se faz necessário traçar o caminho a ser percorrido para a elaboração do projeto. Lakatos (1999) observam que a pesquisa sempre parte de um tipo de problema ou pergunta, procurando responder às necessidades de conhecimento sobre dado assunto. Gil (2002), então, alerta que, para que se possa desenvolver uma pesquisa científica, passa a ser fundamental a existência de um método estruturado que oriente a sua elaboração, de forma a se constituir num caminho a ser trilhado pelo pesquisador rumo ao seu destino, ou seja, ao objetivo de seu estudo.

A presente pesquisa teve como objetivo, “Analisar as formas de Organização sociopolítica e as transformações na comunidade de Julião com o estabelecimento da RDS do Tupé”, uma vez que através de estudos realizados anteriormente em outras comunidades da RDS, pôde-se observar que o estabelecimento da Unidade de Conservação restringiu diversas atividades aos moradores locais, com isso, a pesquisa tem o objetivo de: Caracterizar as formas de Organização sociopolítica; Identificar as transformações na organização a partir do estabelecimento da RDS do Tupé, para que assim se possa entender os impactos causados pelo estabelecimento da mesma, na vida dos comunitários e também contribuir com a comunidade de um modo que haja a inserção dos resultados da pesquisa nos debates para criação do plano de manejo, e contribuição também no que compete a aquisição de bens e serviços.

A metodologia usada foi específica de um estudo de caso, segundo GIL (2010) “o estudo de caso é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas” (p.59). Godoy (1995) lembra que o estudo de caso tem enfoque exploratório e descritivo. O pesquisador deve estar sempre com a mente aberta, pois novos elementos surgem ao longo da pesquisa. As técnicas fundamentais de pesquisa são a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidas pelos indivíduos.<sup>6</sup>

A metodologia consta instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo. Que segundo Lakatos (2002) “as medidas quantitativas respondem à pergunta “quanto”

---

<sup>6</sup> Disponível em < [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212190\\_04\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212190_04_cap_03.pdf)> acesso em 06 de Dezembro 2012.



e as qualitativas à questão “como”. Os dois tipos são importantes na investigação e se constituem no corpo do trabalho”(p.126) para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. Para nortear a pesquisa usar-se-á a metodologia participativa. A autora supracitada afirma que a observação participativa é a interação do pesquisador com a comunidade a ser estudada, participando de seu cotidiano e das atividades normais.

Neste tópico buscar-se-á fazer uma descrição das atividades executadas ao longo da pesquisa, que foram propostas na metodologia e no cronograma do projeto. A metodologia adotada para a pesquisa propôs três fases distintas, porém complementares e articuladas entre si.

## **I- FASE PRELIMINAR**

A primeira fase foi composta pelas pesquisas bibliográficas que vem com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa de campo. Foram selecionados trabalhos científicos anteriores que são relevantes para a temática.

- Pesquisas bibliográficas, seleção de bibliografia, leitura e fichamento dos textos nos âmbitos internacionais, nacionais, regionais e locais com alguma relevância com a temática aqui discutida.
- Elaboração dos instrumentais metodológicos de coleta de dados e/ou informações necessários à investigação;

## **II- Fases da Pesquisa de Campo**

Na segunda fase constam as visitas a campo que tem por objetivo aplicar as técnicas e instrumentos de coleta para a obtenção de dados fundamentais para identificação da realidade da comunidade, explorando a realidade do lócus da pesquisa podendo a partir da aplicação de instrumentos obter dados qualitativos e quantitativos. Esta etapa envolveu três partes básicas:

- 1) Etapa: Primeira viagem a campo - Visita técnica ao Lócus de investigação para conhecer a área e identificar as lideranças dentro da comunidade, tais como:
  - Reunião com os comunitários para apresentação do projeto de pesquisa e TCLE e assinatura do Termo de Anuência;

- Mapeamento das lideranças locais e informantes chaves;
  - Realização de Registro Fonográfico e Fotográfico.
- 2) Etapa: Segunda viagem - Visita técnica aos comunitários para coleta de dados:
- Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aplicação de formulário;
  - Aplicação de Formulários;
  - Participação das atividades sociopolíticas;
  - Realização de registro fotográfico.
- 3) Etapa: Terceira, Quarta e Quinta viagem para : Visita técnica a comunidade lócus para coleta de dados:
- Realização de Entrevista Semiestruturada junto à amostra dos comunitários com utilização de Registro Fonográfico e Fotográfico
- Quarta viagem - Visita técnica a comunidade lócus para coleta de dados

### **III- Fase de Sistematização, Organização, Análise dos dados, Montagem do banco de dados e Elaboração de Relatório final.**

A terceira fase tem como intuito, construir o núcleo central da pesquisa, pois após a coleta de dados os elementos serviram para selecionar, codificar e tabular as informações para uma melhor apresentação da temática trabalhada. Essa fase consta:

- Organização e análise dos dados: as informações foram organizadas e sistematizadas para ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros; foi realizada uma análise para a consolidação de argumentos, explicação e interpretação das informações para contribuir na construção do quadro de referências das categorias analíticas estudadas.
- Relatório: Elaboração do resumo e relatório final PIBIC.

#### **4.2. Tamanho da Amostra**

Atualmente na comunidade de Julião vivem aproximadamente 70 famílias, nesta pesquisa foram trabalhadas 21 famílias que corresponde a 30% deste total, destas foram

selecionadas 4 para a realização das entrevistas semiestruturadas.

#### **4.3. Técnicas e instrumentais de coleta de dados:**

Para o desenvolvimento da pesquisa foram relacionados instrumentais técnicos para a coleta de dados, vale ressaltar que todos os momentos de trabalho junto aos comunitários foram registrados.

#### **QUADRO 01- Técnicas e Instrumentos.**

<b>Técnicas de Pesquisa</b>	<b>Instrumentos de Coleta de Dados</b>	<b>População- Alvo</b>
<b>Levantamento Sociopolítico</b>	Formulários (com questões abertas e fechadas)	21 famílias que vivem na comunidade
<b>Entrevista Semi-Estruturada</b>	Visita aos representantes de grupos domésticos	Informantes - chave 4 famílias que vivem na comunidade
<b>Observação participante, sistemática e assistemática</b>	Visitas técnicas e participação nas reuniões e atividades sociopolíticas e culturais da comunidade	Comunitários

**FONTE: Adaptado de RODRIGUES/2009.**

## 5. RESULTADOS DA PESQUISA

### 5.1 Caracterização dos informantes da pesquisa.

A pesquisa tem como *locus* a comunidade de Julião, originalmente chamada de Associação Comunitaria dos Produtores Rurais da Comunidade de Julião que se situa a margem direita do Tarumã-Mirim em uma bifurcação formada pelos igarapés do Julião e Farias. A comunidade recebeu esse nome pelo seu primeiro morador “Velho Julião” que juntamente com sua família, foi quem primeiro ocupou as terras onde se situa a comunidade (Nascimento, *et al.*, 2007).

A Comunidade de Julião é oriunda da ocupação de propriedade particular, mas anteriormente se constituiu de um seringal que havia no local. Foi oficialmente fundada no ano de 1992, com 20 famílias e 80 pessoas. A Associação Comunitária foi fundada em fevereiro de 1993.<sup>7</sup>

Atualmente, a comunidade é constituída por 71 famílias<sup>8</sup>, entre as quais a maioria reside efetivamente na comunidade. Segundo líder comunitário existem cerca de 200 pessoas sendo 60 crianças, 25 jovens, mulheres e homens, uma estimativa apresentada pelo líder comunitário, estes são distribuídos proporcionalmente chegando uma estimativa de 50% do número de pessoas por cada sexo.

A comunidade se encaixa na concepção de comunidade tradicional apresentada por Wagley (1988) a qual expõe a ideia que, as regiões situadas na Amazônia são as compostas por casas simples de madeira e/ou de palha com poucos cômodos, uma casa comunitária (local onde são realizadas reuniões, festas e eventos comunitários), casa de produção de farinha, canoas (meio de transporte mais utilizado pela população), barcos de pesca, entre outros. Vale ressaltar que esse modelo, um "tipo ideal" não é único nas comunidades amazônicas, uma vez que o autor estudou apenas uma comunidade.

---

<sup>7</sup> Informação obtida junto ao Líder Comunitário 2012.

<sup>8</sup> Informação obtida junto ao Líder Comunitário 2012.



Figura 03 : Frente da Comunidade de Julião no período da seca.  
FONTE: PIB-SA/0032/2012

O transporte de passageiros para esta comunidade em específico, e de seu entorno é realizado via fluvial por lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do David e Fátima (ACAMDAF), no período de seca, só é possível chegar na comunidade de “*rabeta*”. A viagem até a comunidade de Julião dura aproximadamente de 30 a 40 minutos considerando a época de cheia ou seca na região.

Quanto a Infraestrutura a comunidade possui, um porto fluvial, um centro comunitário, uma escola municipal que atende as crianças e jovens da Comunidade, funcionando nos dois horários letivos, sendo disponibilizada em dois horários na modalidade regular, a escola oferece apenas Ensino Fundamental. O quadro funcional da escola é composto pelo total de cinco professores e a diretora, formam a equipe de educadores sendo que eles são moradores de Manaus, funcionários públicos municipal, assim como a Merendeira e a Zeladora que são da comunidade.



Figura 04: Escola Municipal Canaã II  
FONTE : PIB-SA/0032/2012

No que concerne a saúde na comunidade, há um posto de saúde, que foi construído pelos moradores para receber um microscópio para análise de exames de malária e dengue, possui uma equipe técnica formada por três profissionais de saúde, sendo eles, dois agentes de saúde, um agente de endemias. O posto recebe um médico Clínico Geral e um dentista uma vez por semana, vindos de Manaus. A comunidade de Julião também dispõe de 02 igrejas : uma católica e uma evangélica.

No que diz respeito ao saneamento, a energia elétrica, de acordo com o líder comunitário, é utilizado por vinte quatro horas por 100% dos moradores. Esta realidade foi possível por meio do programa do Governo Federal Luz para Todos<sup>9</sup>.

O abastecimento de água não é realizado por nenhum órgão público. Assim, os moradores obtém água do poço artesiano que fica na escola. Segundo o informante existe uma dificuldade frequente no acesso a água potável, devido a distancia entre a escola e a residência de alguns moradores.

No que concerne à moradia na comunidade, foi possível observar que 82% das moradias são feitas de madeiras e 18% são mistas ( Madeira e alvenaria), são moradias típicas das comunidades ribeirinhas da Amazônia.



Figura 05 : Casa de Madeira  
FONTE : PIB-SA/0032/2012

---

<sup>9</sup>O Governo federal lançou em novembro de 2003 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. É o Programa LUZ PARA TODOS, com a meta de levar o acesso à energia elétrica, gratuitamente, para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2007. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em parceria com os governos estaduais.



Figura 06 : Casa Mista  
FONTE: PIB-SA/0032/2012

No que diz respeito a meios de transporte, segundo os dados informados pelo líder comunitário, a maioria dos moradores possui transporte próprio, uma vez que a comunidade não dispõe de transporte coletivo, em média 25, divididos em barcos, rabetas e canoas.

## **5.2 Caracterização socioeconômica dos informantes da Pesquisa:**

A pesquisa foi realizada junto a 18 informantes correspondentes a representantes de grupos doméstico-familiar, lideranças comunitárias e outros, inicialmente a pesquisa propôs 21 informantes porém, pela indicação do Comitê de Ética de Ciências Sociais aplicadas a amostra foi diminuída apenas para 18 informantes.

Dos informantes entrevistados 65% corresponde ao gênero feminino e 35% ao gênero masculino. É importante considerar que a maioria dos comunitários entrevistados são do gênero feminino, pelo motivo de as visitas em *lôcus* terem acontecido em horário matinal e normalmente a maioria dos homens estavam nos roçados ou demais atividades, uma vez que nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, as tarefas são divididas, principalmente no período da manhã, em sua maioria as mulheres cuidam das atividades relacionadas ao lar. “A divisão sexual de papéis, na realidade do campo, não aparece apenas na questão do trabalho, mas perpassa a totalidade do modo cotidiano de vida”.(SOUZA,2006).

Podemos observar também que a faixa etária dos comunitários é bem equilibrada, como mostra o GRÁFICO 01.

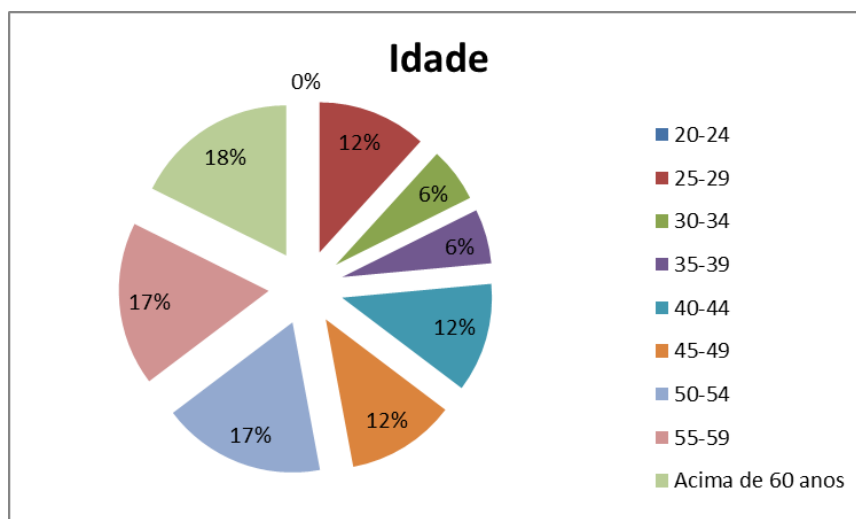


Gráfico 01: Idade dos Informantes  
 FONTE: Silva,2012

No que concerne ao grau de escolaridade dos informantes apenas 20% são alfabetizados, 47% possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 13% possuem ensino Médio incompleto e 7% o ensino Médio Completo, nenhum dos informantes possui ensino superior. Na realidade das comunidades Amazônicas a educação é um pouco distante da realidade dos moradores por diversos fatores, como o tempo de cheia e seca do rio, impossibilitando os alunos de chegarem a escola, outro fator é a participação nos trabalhos de casa, incluindo o roçado e outras atividades para a manutenção da família, portanto por diversas vezes a educação fica a cargo da família. Freire (1986), fortalece o importante papel da casa e da família na vida humana, ele foi alfabetizado no chão do quintal da sua casa, à sombra das mangueiras, com as palavras do seu mundo, não do mundo maior dos seus pais. O chão foi o quadro-negro e gravetos o seu giz.



<b>Tabela 01</b>		
<b>Nível de formação</b>	<b>F.a.</b>	<b>F.r.</b>
Alfabetizado	3	20%
Fundamental incompleto	7	47%
Fundamental completo	2	13%
Ensino médio incompleto	2	13%
Ensino médio completo	1	7%
Superior incompleto	0	0%
Superior completo	0	0%
Não alfabetizado	0	0%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>

Tabela 01: Escolaridade  
 FONTE: PIB-SA/0032/2012

Um outro fator importante na análise dos dados é que 18% dos entrevistados tem acima de 60 anos, com base nas informações que nos foram concedidas, muitos afirmam que procuraram no lugar, tranquilidade e paz para que possam viver na aposentadoria, uma vez que na RDS, diversas atividades são restritas, os aposentados não tem muitos problemas em relação a isso por possuírem como fonte de renda a aposentadoria.

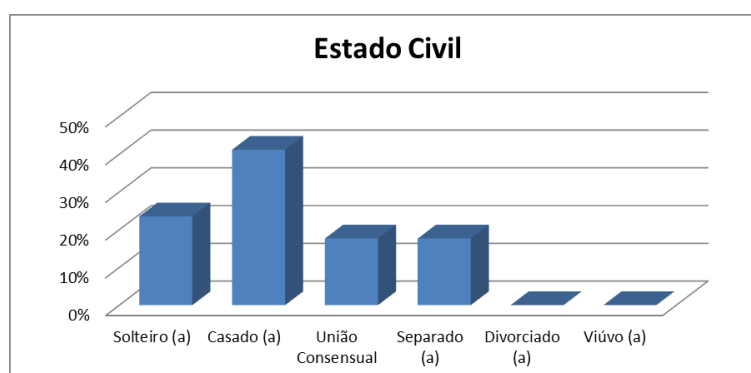


Gráfico 02 : Estado Civil  
 FONTE: Silva, 2012

No que concerne ao estado civil, 41% dos informantes são casados, 23% são solteiros, 18% são separados e 18% encontram-se em união consensual, sendo assim 59% vivem com alguém.

No que diz respeito à naturalidade identificamos que 29% dos informantes nasceram no estado do Amazonas, 6% nasceram em outra comunidade, 24% em Manaus – AM 6 % na própria comunidade e 35 % nasceram em outro Estado do Brasil. Devido ao grande número de pessoas advindas de outros estados podemos nos remeter as políticas de ocupação da Amazônia, onde a maioria das pessoas que forneceram informações para esta pesquisa são descendentes de seringueiros, castanheiros, nordestinos e outros povos que vieram ocupar esta região em busca de trabalho como afirma a

Segundo Garcia (2009), “A partir da década de 1940, adotou-se uma política de ocupação da região com a finalidade de promover o desenvolvimento da região e integrá-la a outras áreas do país. O desenvolvimento da infraestrutura básica (estradas, eletricidade) e o incentivo a entrada de atividades econômicas (indústrias, exploração mineral, agropecuária) proporcionou nas últimas três décadas uma dinâmica de ocupação intensa na região”.(p.01)

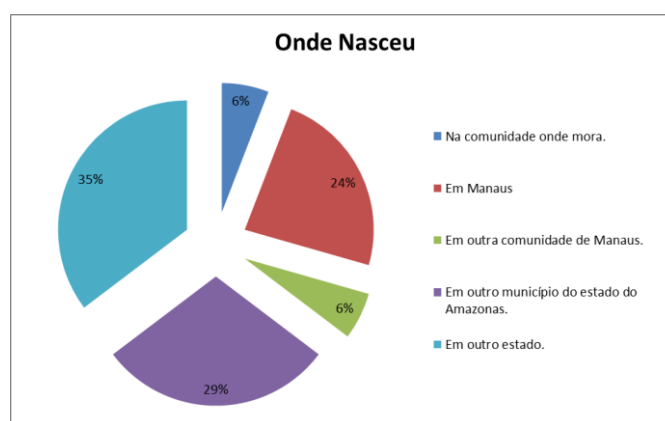


Gráfico 03 : Onde Nasceu  
FONTE: Silva,2012

Com o número de informantes nascidos e criados em Manaus e outros Estados do País, podemos obter informações de que Manaus não é mais de interesse da Moradia dos mesmos, em 90 % das respostas, devido aos altos índices de violência, ao custo alto de vida, a falta de empregos e demais dificuldades, principalmente porque a maioria deles não possui formação que corresponda aos padrões exigidos pelo mercado e com isso não atendem as exigências na maioria dos empregos que são ofertados na cidade, e por isso em sua maioria, migraram para a comunidade, como mostra a TABELA 02.

<b>Tabela 02</b>		
<b>Onde morou antes</b>	<b>f.a</b>	<b>f.r</b>
Manaus	12	75%
Pará	1	6%
Rio Piranha	1	6%
Comunidade do Canaboce 2	1	6%
Ebenézer	1	6%
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>100%</b>

Tabela 02 : Onde Morou Antes  
 FONTE: Silva,2012

No tocante a organização socioeconômica dos moradores de Julião, observa-se que em sua maioria ,hoje em dia eles retiram a sua subsistência de atividades que já não estão mais ligadas ao cultivo e a terra, porém mesmo que atualmente os moradores da comunidade não sobrevivam desta atividade, ao interrogá-los em relação a sua proteção foi obtido o número de 41% de agricultores, agricultura esta que serve para a manutenção das necessidades de consumo da família apenas . Dos informantes 47,06% possuem outras atividades, onde é possível classificar, os benefícios recebidos pelas famílias , como principal mantenedor dos mesmos. Como pode-se ver na TABELA 02 a seguir :

<b>Tabela 02</b>		
<b>Profissão</b>	<b>f.a</b>	<b>f.r</b>
Pescador	3	17,65%
Artesão	0	0,00%
Extrativista	1	5,88%
Agricultor (a)	7	41,18%
Agricultor/Pes	2	11,76%
Coletor(a)	0	0,00%
Outra	8	47,06%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>124%</b>

TABELA 02 : Profissões  
 FONTE: Silva,2012

Na Tabela 03 abaixo,pode-se observar que 82% dos informantes possuem renda de até um salário mínimo,6% de 1 a 2 salários, 6% de 2 a 5 salários mínimos e nenhum deles recebe mais que 5 salários mínimos.No GRÁFICO 04 estão listadas as principais atividades que são desenvolvidas para o sustento dos comunitários.

<b>Tabela 03</b>		
<b>Renda com as atividades produtivas</b>	<b>F.a.</b>	<b>F.r.</b>
até 1 s/m	14	82%
de 1 a 2 s/m	1	6%
de 2 a 5 s/m	1	6%
acima de 5 s/m	0	0%
não tem renda, troca produtos/mercadorias	0	0%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>94%</b>

TABELA 03 : Profissões  
 FONTE: Silva,2012

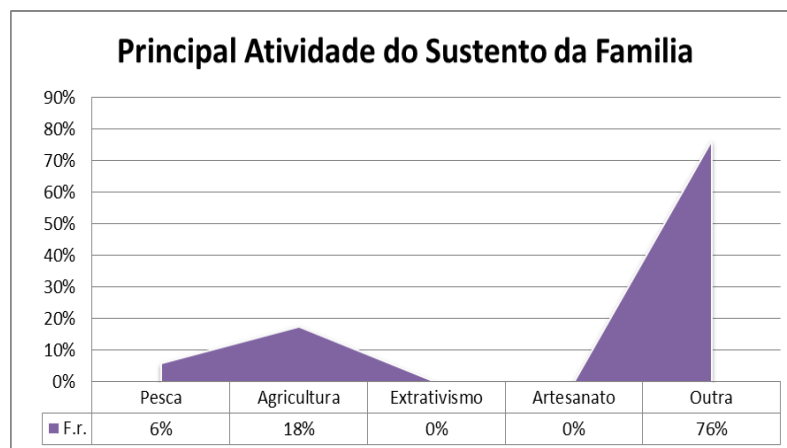


GRÁFICO 04 : Principal atividade do sustento da Família  
 FONTE: Silva,2012

Com a criação da RDS,as atividades econômicas da comunidade foram alteradas,devido principalmente as proibições e multas impostas pelo Estado,dentre as atividades a que atualmente é responsável por 76 % do sustento dos moradores é o benefício do Bolsa família,que aparece como " Outra" atividade no Gráfico acima

,segundo o depoimento de uma informante ,não houveram muitas melhorias após o estabelecimento da UC :

“Não melhorou muito não, porque nós somos aqui vigiados,tudo que nós vamos fazer tem vigia,você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, porque eu acho pra eles exigirem isso ai da gente, eles tem que dar uma maneira pra você não pode mexer aqui, mas eu tenho isso aqui pra você sobreviver, eu acho que isso aqui na comunidade não acontece,eles só exigem. Eles disseram que deram curso em Manaus, mais o certo é eles virem na nossa comunidade que tem muita gente que mora que são humilde e não da pra passar, 2, 3 dias em Manaus estudando, eles tem que vir na comunidade ensinar e dar cursos, a fazer o roçado sem queimar e muitas coisas, se você pescar, não pode pegar o peixe pra vender, e a gente vai comer só o peixe ? Nós precisamos de dinheiro para completar o peixe, então eu acho que não melhorou muito não, tem muitas coisas que melhorou no caso do copuaçu por causa do comunitário ai vai um ajudando o outro, vai aparecendo um trabalho daqui e outro dali, da um trabalho pra um da trabalho pro outro, um vai ajudando aqui, ajudando ali, mais o pessoal da reserva mesmo nao.Eles não vem pras pessoas explicar como fazer o trabalho, eles vem, proibem e não ensinam como fazer, eles nao estao dando apoio a essas pessoas, pra plantar sem queimar.” [A, R 13/04/2013]

Segundo os dados obtidos com a pesquisa,observou-se que 41% dos moradores mudaram a atividade de pesca,6% do artesanato,65% não desenvolvem mais a agricultura como meio de subsistência,24% não caça,e as demais atividades que agora são proibidas formam os 24% restantes.

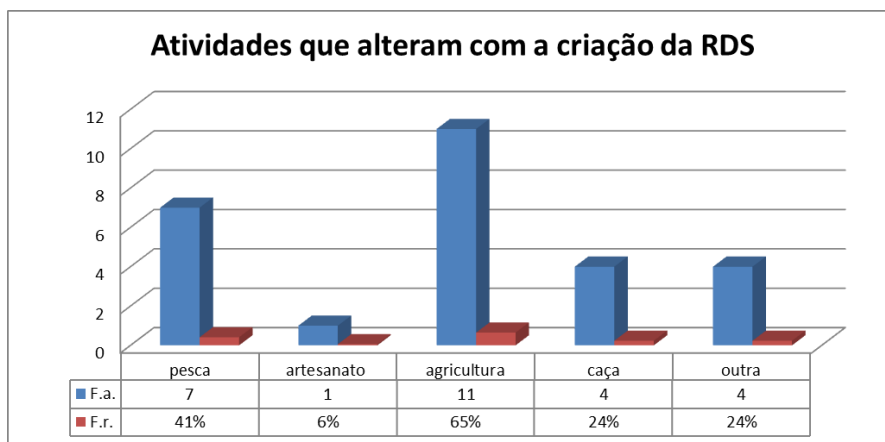


GRÁFICO 05 : Atividades que alteram com a criação da RDS  
 FONTE: Silva,2012

#### 5.4 As formas de Organização na Comunidade ribeirinha de Julião.

Na comunidade de Julião, conseguiu-se identificar que a cooperação, sendo ela formal ou informal é um dos meios de organização da comunidade. Assim, para Souza (2010 apud RODRIGUES ; COUTINHO 2013), a cooperação é uma forma encontrada pelo homem de superação das dificuldades, barreiras e problemas postos ao seu desenvolvimento social. Este tipo de cooperação é estabelecido por pessoas dentro do mesmo contexto, com interesses e preocupações comuns, na mesma condição material e social.

É muito comum nas comunidades amazônicas, identificar dois tipos de organização, como já fora citado, a organização formal e a informal, uma vez que os comunitários entendem que precisam de Associações legalizadas para que tenham acesso a bens e serviços e a organização informal se dá na maneira como eles trabalham para o desenvolvimento da comunidade, realizando atividades conjuntas para a melhoria do todo. Abreu (2007, p. 06 apud RODRIGUES ; SILVA, 2012) apresenta que esses grupos podem ser divididos em duas formas: Sendo uma delas a formal: é aquele grupo fixo, com diretoria, produtividade como por exemplo: clube de mães, grupo de jovens, time de futebol, entre outros e a informal que pode ser caracterizada como : grupos organizados para executarem tarefas rápidas, estes dissolvem depois de feito as tarefas estabelecidas, como por exemplo: limpeza da comunidade, capina da roça, organização de uma festa comunitária e/ou religiosa.

Rodrigues ; Silva (2012) apresentam em sua pesquisa ,algumas formas de Organização identificadas no contexto Amazônico ,através de pesquisas realizadas por (CHAVES, 2001; BARROSO, 2010), dentre estas formas, destacam-se :

" a) **As associações comunitárias:** entidades formadas por agentes comunitários que possuem interesses e lutam por uma causa comum, a qual possui uma estrutura organizacional constituída por uma hierarquia de responsabilidades e representatividade; b) **Mutirão:** são serviços para a coletividade para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade; c) **Ajuri:** são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade, se constitui como uma modalidade de ajuda mutua entre os comunitários. d) **Puxirum:** São atividades desenvolvidas em grupos para a troca de serviços, nas quais todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior, presta serviço equivalente ou similar àqueles que haviam realizado". (p.69)

No GRAFICO 06 a seguir, podemos identificar as atividades citadas pelos informantes que são realizadas em forma de cooperação , em Juliao :

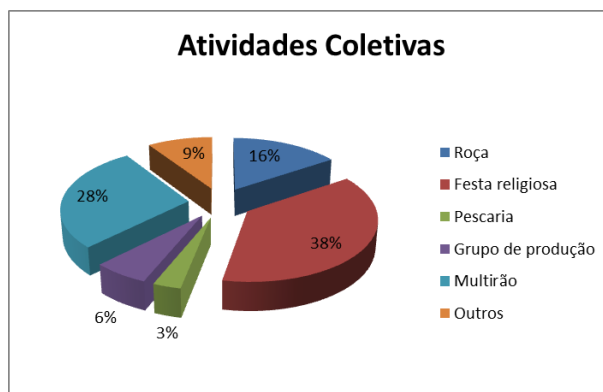


GRÁFICO 06 : Atividades Coletivas  
FONTE: Silva,2012

Na questão da organização sociopolítica formal dos comunitários de Julião, eles organizam-se por meio da Associação de Moradores e 90% são membros. A Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Julião foi criada a partir da necessidade de organização e principalmente para propiciar aos mesmos o acesso de bens e serviços oferecidos pelo governo. Fundada em 26 de fevereiro de 1993, a Associação possui sede própria, fundada desde 2000, porém com uma estrutura precária. De acordo com o líder comunitário a Associação possui CNPJ regularizado porém o endereço se dá em Manaus, com isso eles estão impossibilitados de realizar alguns projetos.



FIGURA 07 : Sede da Ass.dos Moradores  
FONTE: PIB-SA/0032/2012

Possuem também um grupo de mulheres que se organizam por meio da produção de balas artesanais do fruto do cupuaçu e coco, algumas também desenvolvem atividades artesanais com a casca do cupuaçu e de outros matérias encontrados na natureza, evidenciando que esta organização se da de maneira informal, ou seja, não são oriundas de uma cooperativa ou associação com CNPJ ou outro documento formal.



## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: RECOMENDAÇÕES.**

Desde o século XX começou a ocorrer a preocupação em relação a questão ambiental no Brasil mas segundo dados que constam na pesquisa ,foi com a expansão do Capitalismo que essa problemática tomou corpo e passou a ser tema de debates e discussões ,tanto no país como ao redor do Mundo.

A relação homem-natureza é central nos debates a cerca do Meio ambiente,a maneira que o homem se utiliza do meio para a sua subsistência e principalmente para a geração de renda e lucros,tem causado efeito negativo no ambiente.

No âmbito da comunidade acadêmica - científica duas posições servem como matrizes opostas que se confrontam, são elas: a visão de domínio da sociedade sobre a natureza – predominante na sociedade ocidental, na formação urbano-industrial cujos fundamentos derivam dos conhecimentos acadêmico-científicos; a visão de integração entre sociedade-natureza mais comum nas sociedades tradicionais cujos fundamentos baseiam-se nos saberes das populações tradicionais. (CHAVES, 2002 apud RODRIGUES ; COUTINHO 2013)

Chegando na Amazônia,no contexto micro da discussão,é notável que começa a preocupação em relação ao uso de recursos naturais e nessa região ,o que ocorre principalmente é a questão de estabelecimento de áreas de proteção ambiental que visam a conservação do ecossistema Amazônico.

Uma particularidade desta região é a questão das populações tradicionais que habitam este local,uma vez que a partir dos estudos podemos entender que essas pessoas vivem aqui desde muito tempo,vindas principalmente no período de Ditadura militar 1964-1985,onde foi desenvolvida a política de ocupação da Amazônia através de políticas do governo, e essas populações possuem um modo de vida,baseado no extrativismo,de onde retiram da natureza o suficiente para a sua subsistência e em muitas comunidades ainda utilizam a troca para aquisição de produtos.

Neste contexto quando se traz a discussão de que essas comunidades não fazem parte do sistema capitalista,temos em vista que ,os grandes responsáveis pelo desmatamento,exploração e poluição do bioma Amazônico não são eles.Uma vez que existem grandes indústrias que utilizam grandes quantidades de recursos naturais atuantes na região.

O que se traz para a discussão é a forma que a comunidade ribeirinha de Julião ,que se localiza na área rural de Manaus /Am,se organiza,uma vez que ,desde o ano de

2005 foi estabelecida uma Reserva de Desenvolvimento sustentável ,tornando a comunidade uma Unidade de Conservação,com isso emergindo diversas proibições nas atividades dos comunitários.Uma vez que o objetivo da RDS é “ *preservar a natureza e, ao mesmo tempo,assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais*” .

Os resultados da pesquisa apontam que a comunidade possui organizações formais e informais ,dentre elas a Associação dos Moradores da Comunidade de Julião que foi fundada em 1993 e depois do estabelecimento da RDS assumiu um papel organizativo ,perante os órgãos públicos,acerca da garantia de direitos aos comunitários.Outra organização da comunidade é o Grupo de Mulheres produtoras de Balas de Cupuaçu, ainda não é formal pois as mesmas ainda não legalizaram uma cooperativa.Nos resultados da pesquisa ainda aparecem outras formas de organização comunitária,em forma de atividades realizadas coletivamente,como mostra o GRÁFICO 06,ilustrado anteriormente.

Levando em consideração os dados da pesquisa bibliográfica,da pesquisa de campo e os relatos ao longo das viagens a campo, faz-se as seguintes recomendações :

- A SEMMA possa finalizar a elaboração do plano de manejo que até o momento da pesquisa ainda não foi entregue aos comunitários,com a participação dos mesmos.
- Que os cursos e capacitações realizados acerca da utilização dos recursos e atividades proibidas e permitidas na RDS,sejam realizados na comunidade,tendo em vista que nem todos os moradores tem condições de ir para Manaus e permanecer na capital por alguns dias,como mostram os resultados da pesquisa,em que a maioria dos comunitários recebe 1 ou menos de 1 salário mínimo.

Neste sentido,conclui-se que as formas de organização são necessárias para as comunidades principalmente no que concerne a resolução de problemas em comum.A pesquisa conseguiu atingir os objetivos propostos,na questão de obter no relato dos comunitários o que mudou nos costumes após a RDS,tanto obtendo dados para a identificação dessas formas quanto podendo ilustrar de que maneira essa organização teve de ser transformada para a situação atual de vida na comunidade.



FIGURA 08 : Balas produzidas pelas mulheres  
FONTE: PIB-SA/0032/2012



FIGURA 09 : Artesanato com casca do cupuaçu  
FONTE: PIB-SA/0032/2012

Neste sentido, vários estudos (SCHERER-WARREN, 1993; BINDÁ, 2003; BARROSO, 2010) indicam que no contexto comunitário a capacidade de organização e mobilização é fortalecida diante da necessidade de enfrentamento e busca de alternativas para solução de problemáticas comuns.(*apud RODRIGUES ; SILVA,2012*).

## 7. FONTES E REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. “Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia”. Em ANDERSON, A. et. al. (orgs.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro, Relume, 1994, pp. 17-48.

\_\_\_\_\_. “A Amazônia e o extrativismo”. Em ARAGON, L. E. (ed.). **Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos**. Belém, Unamaz, UFPA, 1992 (Série Cooperação Amazônica, 13).

ANGRA, Klondy Lúcia de Oliveira **Uma comunidade amazônica: a re-tradução de uma cultura**, 2006.

AZEVEDO, Francisco de Castro. **Nosso Futuro Comum – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BARROSO, Silvana Compton. **Organização Sociopolítica nas Comunidades Ribeirinhas de Maués**. Universidade Federal do Amazonas. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. 132f, 2010.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. *Educ. Soc.* 2006, vol.27, n.97, pp. 1137-1157. ISSN 0101-7330

BENATTI, José Heder. **Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais – Uma análise jurídica da realidade Brasileira**. *Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999*

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p. ISBN 8522505497.

BRASIL. 2000. Sistema Nacional das Unidades de Conservação. LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000.

CÂMARA, G.; AGUIAR, A. P. D.; ESCADA, M. I.; AMARAL, S.; CARNEIRO, T.; MONTEIRO, A. M. V.; ARAÚJO, R.; VIEIRA, I. e BECKER, B. “**Amazonian Deforestation Models**”. *Science*, 307, 2005, pp. 1043-1044.

CAÑETE, Thales Maximiliano Ravena; AÑETE, Voyner Ravena. **Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos**. AANPAS, 2009.

CARVALHO, E. B. **A História Ambiental e a crise ambiental contemporânea: um desafio político para o historiador**. In: ARRUDA, Gilmar, ESPINDOLA, Haruf Salmen. *História, Natureza e Território*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2007. E-book.

CASTRO, Edna. **Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas**. *Cad. CRH*. 2012, vol.25, n.64, pp. 9-16. ISSN 0103-4979.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. BARROSO, Silvana Compton. SILVA, Mayara Pereira da. **Dinâmica de Organização Sociopolítica em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia**, 2010.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira and LIRA, Talita de Melo. **Amazônia: as relações sociais sob o prisma da narrativa de Ferreira de Castro.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* [online]. 2007, vol.2, n.3, pp. 13-24. ISSN 1981-8122.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues and RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo.** *Interações (Campo Grande)* [online]. 2006, vol.8, n.13, pp. 99-106. ISSN 1518-7012.

CHATEAUBRIAND, Annunziata Donadio et al. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé : especialização e informações das comunidades** .Manaus : UA, c 2009. 21p. ISBN 8574014753.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; MENDES, Ana Beatriz Vianna; FERREIRA, Lúcia da Costa ; CAMPOS, Simone Vieira de. **Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira.** *Ambient. soc.* [online]. 2008, vol.11, n.2, pp. 255-271. ISSN 1809-4422.

COUTINHO, Júlia Lara Roque. **Organização Sociopolítica e ambiental da Cooperativa de Aquaviários ACAMDAF na Marina do David/AM.2013.** Trabalho de Conclusão de Curso. Dep de Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas.

DAGNINO, Evelina. *Anos 90 - Política e sociedade no Brasil.* Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

DA COSTA, Jodival Maurício y RICHETTI, Patrícia. O natural e o social na crise ambiental: Reflexões sobre a relação sociedade – natureza. *Ecol .austral* [Online]. 2011, vol 21, n.3, pp.363-368. ISSN 1667-782X.

*DEMO, Pedro. Introdução a metodologia da Ciência.* 2 ed. São Paulo. Atlas. 1987.

DEVOS, Rafael Victorino. **A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo.** *Ambient. soc.* [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 293-306. ISSN 1414-753X.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O mito da natureza intocada.** 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec ,2001.

DIEGUES, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE ,Paulo. *Educação: O sonho possível.* In: BRANDÃO, C. R (org). Educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Coo elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. Atlas 2002. 175p.

GARCIA, M. **Ocupação do território e impactos ambientais: o papel dos grandes projetos de eletrificação da Amazônia. Dissertação de Mestrado.** Niterói :[s.n.], 2006, mimeo.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 7ª edição. São Paulo. Atlas,2010.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS,Eva Maria.**Técnicas de Pesquisa: planejamento execução de pesquisa,amostragens e técnicas de pesquisas,elaboração,análise e interpretações de dados.** 5ª edição. São Paulo: Atlas , 2002.

GUERRA, Lemuel Dourado; RAMALHO, Deolinda de Sousa; SILVA, Jairo Bezerra and VASCONCELOS, Cláudio Ruy Portela de.**Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável.** *Interações (Campo Grande)* [online]. 2007, vol.8, n.1, pp. 9-25. ISSN 1518-7012.

GOHN. Maria da Glória.**História dos movimentos e lutas sociais:a construção da cidadania dos brasileiros.**São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** *Rev. Bras. Educ.* 2011, vol.16, n.47, pp. 333-361. ISSN 1413-2478.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina.** *Cad. CRH* . 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455. ISSN 0103-4979.

IPÊ. Plano de Gestão do PERN Setor Sul. Manaus, 2007

LACERDA, Paula Mendes. **Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado.** *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*2013, vol.8, n.1, pp. 153-168. ISSN 1981-8122.

LAURANCE, W. F.; ALBERNAZ, A. K. M.; FEARNSIDE, P. M.; VASCONCELOS, H. L. e FERREIRA, L. V. “**Deforestation in Amazônia**”. *Science*, 304, 2004, p. 1109.

LEFF, Enrique. **Sustentabilidad y racionalidad ambiental: hacia "otro" programa de sociología ambiental.** *Rev. Mex. Sociol.* 2011, vol.73, n.1, pp. 5-46. ISSN 0188-2503.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira and CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá.** *Ambient. soc.* [online]. 2012, vol.15, n.2, pp. 23-50. ISSN 1809-4422.

MINAYO,Maria Cecília de Souza;DESLANDES,Suely Ferreira.**Pesquisa social : teoria,método e criatividade.** 23 ed. Vozes,2004.80p.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico.** *Estud. av.*[online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 51-64. ISSN 0103-4014.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 83-100. ISSN 0103-4014.

PINTO, Vicente Paulo dos Santos .ZACARIAS,Rachel.**Crise ambiental: adaptar ou transformar?As diferentes Concepções de educação ambiental diante deste dilema.** Educ. foco,. Juiz de Fora, v. 14, ano 2010.

PIERANTI, Octavio Penna and SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. **A questão amazônica e a política de defesa nacional.** *Cad. EBAPE.BR* .2007, vol.5, n.1, pp. 01-11. ISSN 1679-3951.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental. Os porquês da desordem mundial, mestres explicam a globalização** Rio de Janeiro:Record, 2004.p.182.

Prefeitura Municipal de Manaus – PMM. **Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.** Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA),2008.

QUEIROZ, Helder L.. **A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá.** *Estud. av.* [online]. 2005, vol.19, n.54, pp. 183-203. ISSN 0103-4014.

REBOUÇAS,Fernando. Disponível em : < <http://www.infoescola.com/ecologia/eco-92/>> Acesso em: 15 dez 2012.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 5ª edição. São Paulo, Cortez, 2002-(Questões da nossa época; v.41).

RICC,Rudá. **A trajetória dos movimentos sociais no campo:história, teoria social e práticas de governos.***Revista Espaço Acadêmico*,N.54,Novembro,2005 ,Minas Gerais.

SALES, Ricélia Maria Marinho.SALES, Luís Gustavo de Lima. **Do Contexto da Crise Ambiental à Transformação do Território: As Étaps da Relação SOCIEDADE/NATUREZA ao longo do tempo-***Revista Verde* Agrecologia e Desenvolvimento Sustentável. Grupo Verde de Agricultura Aternatia (GVAA) -1981.

SANTAGADA -. **A situação social do Brasil nos anos 80.** Vol. 17, No 4 (1990).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 3ª edição – São Paulo: Ed. Loyola 1993.

SILVA,Itaciara Prestes da.**Formas de Organização Sociopolítica e a Questão Socioambiental em comunidades Ribeirinhas na Amazônia: Estudo de Caso na**

**Comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé.** Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade Federal do Amazonas, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. 2 .ed. São Paulo, SP: Hucitec: USP, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, c2000. 290 p.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** São Paulo: Nacional, 1957. 401 p.



# APÊNDICE

# Apêndice A

## Instrumentais de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA



UFAM PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**PROJETOS:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável e organização sociopolítica da comunidade de Julião em Manaus-Am.  
Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé.

Formulário N° \_\_\_\_\_ Pesquisador: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_/\_\_/\_\_

## IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES

### I - IDENTIFICAÇÃO

#### 1.1. Nome:

\_\_\_\_\_

#### 1.2. Sexo: 1. ( ) M 2. ( ) F

#### 1.3. Idade

- |              |              |                         |
|--------------|--------------|-------------------------|
| 1. ( ) 20-24 | 4. ( ) 35-39 | 7. ( ) 50-54            |
| 2. ( ) 25-29 | 5. ( ) 40-44 | 8. ( ) 55-59            |
| 3. ( ) 30-34 | 6. ( ) 45-49 | 9. ( ) Acima de 60 anos |

#### 1.4. Você se considera:

- |              |                |                                 |
|--------------|----------------|---------------------------------|
| 1. ( ) Índio | 3. ( ) Branco  | 5. ( ) Nenhuma das alternativas |
| 2. ( ) Negro | 4. ( ) Mestiço |                                 |

#### 1.5. Estado Civil:

- |                     |                     |        |
|---------------------|---------------------|--------|
| 1. ( ) Solteiro (a) | 4. ( ) Separado (a) | 7. ( ) |
|---------------------|---------------------|--------|

Outros: \_\_\_\_\_

- |                         |                       |
|-------------------------|-----------------------|
| 2. ( ) Casado (a)       | 5. ( ) Divorciado (a) |
| 3. ( ) União Consensual | 6. ( ) Viúvo (a)      |

### II - ESCOLARIDADE

#### 2.1. Escolaridade:

- 2.1.1. Sabe ler ( ) sim ( ) não  
2.1.2. Sabe escrever ( ) sim ( ) não ( ) só o nome

#### 2.2. Nível de formação:

- |                               |                                |                          |
|-------------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1. ( ) Alfabetizado           | 4. ( ) Ensino médio incompleto | 7. ( ) Superior completo |
| 2. ( ) Fundamental incompleto | 5. ( ) Ensino médio completo   | 8. ( ) outro: _____      |

3. ( ) Fundamental completo      6. ( ) Superior incompleto

### III - NATURALIDADE

#### 3.1. Onde a Sr. (a) nasceu?

1. ( ) Na comunidade onde mora  
2. ( ) Em Manaus  
3. ( ) Em outra comunidade de Manaus. Qual?

\_\_\_\_\_

4. ( ) Em outro município do Estado do Amazonas. Qual?

\_\_\_\_\_

5. ( ) Em outro Estado.  
Qual?

\_\_\_\_\_

#### 3.2. Onde se criou?

Estado/País: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### 3.3. Há quantos anos vive na comunidade?

1. ( ) 5 a 8 anos                      4. ( ) 14 à 17 anos                      7. ( ) acima de 30  
2. ( ) de 8 a 11 anos                      5. ( ) 17 à 20 anos  
3. ( ) 11 à 14 anos                      6. ( ) 20 à 23 anos

- 3.4. Qual foi o último local que o Sr(a) morou antes de vim para cá?

\_\_\_\_\_

### IV - CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

#### 4.1. Qual a sua profissão (o que faz para sustentar família)?

1. ( ) Pescador      4. ( ) Agricultor (a)                      7. ( ) Outra: \_\_\_\_\_  
2. ( ) Artesão;      5. ( ) Agricultor/Pescador (a)  
3. ( ) Extrativista      6. ( ) Coletor(a)

#### 4.2. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?

1. ( ) menos de 1 ano;                      3. ( ) 1 a 2 anos                      5. ( ) acima de 5 anos  
2. ( ) 01 ano;                      4. ( ) 2 a 5 anos;                      6. ( ) acima de 10 anos

#### 4.3. Com quem a Sr. (a) aprendeu essa profissão?

1. ( ) com os pais      3. ( ) com um parente                      5. ( ) outro \_\_\_\_\_  
2. ( ) com o esposo      4. ( ) sozinha

#### 4.4. Tem outra atividade econômica para o sustento da família?

1. ( ) Não                      2. ( ) Sim                      3. ( ) As vezes

4.4.1.

Qual(ais)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4.4.1.1. Onde

desenvolve: \_\_\_\_\_

4.4.2 Em que época?

1. ( ) seca 2. ( ) vazante 3. ( ) cheia 4. ( ) Outra: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**4.5. Qual a atividade principal para sustento da família?**

1. ( ) Pesca 3. Extrativismo 5. ( )

Outra: \_\_\_\_\_

2. ( ) Agricultura 4. Artesanato

**4.6. Qual a sua renda mensal com as atividades produtivas (R\$ 645,00)?**

1. ( ) até 1 s/m 4. ( ) acima de 5 s/m

2. ( ) de 1 a 2 s/m 5. ( ) não tem renda, troca produtos/ mercadorias

3. ( ) de 2 a 5 s/m

**4.7. Quantas pessoas trabalham na sua**

**casa?** \_\_\_\_\_

**4.8. De quem é a principal renda para o sustento da**

**família?** \_\_\_\_\_

**4.9. Qual a renda**

**familiar?** \_\_\_\_\_

**4.10. A criação da RDS do Tupé alterou as suas atividades produtivas?**

1. ( ) sim 2. ( ) não

4.10.1. Se sim, o que alterou?

1. ( ) Pesca; 2. ( ) Artesanato; 3. ( ) Agricultura; 4. ( ) caça

5. ( ) Outra:

\_\_\_\_\_

**4.11. Que tipo de mudança?**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **V - ESTRUTURA FAMILIAR**

**5.1. Quantas pessoas moram na sua casa, além do Sr(a)?**

1. ( ) 01 3. ( ) de 3 a 6

2. ( ) de 1 a 2                      4. ( ) Acima de 6

**5.2. Tem filhos?**            1. ( ) sim   2. ( ) não.

5.2.1. Se sim, quantos?

1. ( ) 01                              4. ( ) de 5 a 6  
 2. ( ) de 1 a 2                      5. ( ) Acima de 6  
 3. ( ) de 3 a 4

5.2.2. O Sr. tem filhos em idade escolar? (Até 14 Anos)

1. ( ) Não    2. ( ) Sim.

5.2.2.1. Se sim, seu(s) filho(s) (as) estuda(m)?

1. ( ) Não    2. ( ) Sim

5.2.2.1.1. Se sim, que série cursa(m)?

1. Nome	2. Série
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	

**5.4. A Sr. (a). acompanha seu(s) filho(s) (as) nas atividades escolares?**

1. ( ) sim        2. ( ) não

Se sim, como?

**5.5. A Sr. (a) participa das reuniões escolares de seu(s) (uas) filho(s) (as)?**

1. ( ) sim    2.( ) não

**5.6. Seu esposo/esposa ajuda nas atividades domésticas?**

1. ( ) sim    2. ( ) não

## VI - CONDIÇÕES DE MORADIA

**6.1. A sua casa é própria?** 1. ( ) Sim   2. ( ) Não

6.1.1. Em caso negativo, a quem pertence? \_\_\_\_\_

6.1.2. Em caso positivo. Tem documento de propriedade? 1. ( ) Sim   2. ( ) Não

6.1.3. Se sim, qual documento?

1. ( ) Título definitivo              3. ( ) Contrato de compra e venda  
 2. ( ) Recibo de compra              4. ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**6.2. Quantos cômodos possui a sua casa?**

1. ( ) 01                                  4. ( ) de 5 a 6  
 2. ( ) de 1 a 2                          5. ( ) Acima de 6  
 3. ( ) de 3 a 4

**6.3. De que material a casa é feita?**

1. ( ) Madeira                                      4. ( ) Palha  
 2. ( ) Alvenaria                                    5. ( ) Mista \_\_\_\_\_  
 3. ( ) Barro                                         6. ( ) Outro: \_\_\_\_\_

**Quadro I: Infraestrutura da residência do entrevistado**

<b>6.4. SUA CASA TEM:</b>	1) Fossa sanitária?	1.1. Sim ( )	1.2. Não ( )
	2) Energia elétrica?	2.1. Sim ( ) 2.1.1. Qual a fonte: _____	2.2. Não ( )
	3) Onde o senhor pega água para uso em casa?	3.1. ( ) Rio	3.2. ( ) Cacimba
		3.3. ( ) Poço artesiano 3.3.1. ( ) Próprio ( ) Escola ( ) Terceiros: _____ Outro: _____	3.4. ( ) Chuva

**ORGANIZAÇÃO SOCIOCULTURAL****7.1. A Sr. (a) participa das atividades coletivas que acontecem na comunidade?**

1. ( ) sim    2. ( ) não

**7.1.1. Quais são?**

1. ( ) Roça    4. ( ) Grupo de produção:  
 \_\_\_\_\_  
 2. ( ) Festa religiosa                            5. ( ) Multirão  
 3. ( ) Pescaria                                    6. ( )  
 )Outros: \_\_\_\_\_

**7.1.1.1. Com que frequência?**

1. ( ) é assídua (participa sempre)  
 2. ( ) nunca participa  
 3. ( ) somente quando convidam  
 4. ( )  
 outro: \_\_\_\_\_

**7.2. Quais as comemorações da comunidade?**

1. ( ) Festa da padroeira                      4. ( ) Torneios  
 2. ( ) Festa evangélica                        5. ( )  
 Outros: \_\_\_\_\_  
 3. ( ) Festival:  
 \_\_\_\_\_

**7.3. Você tem interesse em sair da comunidade?**

1. ( ) Sim    2. ( ) Não

7.3.1. Se sim. Porque? \_\_\_\_\_

7.3.2. Se não . Por que? \_\_\_\_\_

**7.4. Qual sua relação com as pessoas da comunidade?**

- 1. ( ) nenhuma
- 2. ( ) somente de troca de produto/mercadoria
- 3. ( ) ajuda nas produções
- 4. ( ) amizade
- 5. ( ) outra \_\_\_\_\_

**ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA**

**8.1 O Sr. (a) possui alguma função na comunidade?**

- 1. ( ) sim
- 2. ( ) não

8.1.1. Se sim. Qual?

- 1. ( ) Líder da Comunidade
- 2. ( ) Professor
- 3. ( ) Agente de saúde
- 4. ( ) Presidente da Associação
- 5. ( ) Outro

**8.2. O Sr. (a) pertence a alguma associação?**

- 1. ( ) Sim
- 2. ( ) Não

8.2.1. Qual?

- 1. ( ) Partido político
  - 2. ( ) Clube: \_\_\_\_\_
  - 3. ( ) Associação: \_\_\_\_\_
  - 4. ( )
  - 5. ( )
  - 6. ( ) Outra.
- Qual?: \_\_\_\_\_

8.2.2. Qual a posição atual na entidade ou associação comunitária?

- 1. ( ) Presidente
- 2. ( ) Vice-presidente
- 3. ( ) Secretário
- 4. ( ) Tesoureiro
- 5. ( ) Membro
- 6. ( ) outro \_\_\_\_\_

8.2.3. Quadro de Descrição da Associação

1. Nome da Associação	2. Como surgiu?	3. Objetivo	4. Atividade Desenvolvida





**8.8. Para o Sr. (a) o que é associação?**

1. ( ) Forma de organização
2. ( ) Agrupamento de pessoas para melhorar trabalho
3. ( ) Lugar de união para melhorar renda
4. ( ) Outros \_\_\_\_\_



**PROJETOS:** Reserva de Desenvolvimento Sustentável e organização sociopolítica da comunidade de Julião em Manaus-Am.  
Práticas Culturais e Condições Socioeconômicas: um estudo de caso da comunidade de Julião na RDS do Tupé.

## ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

### UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1. O que Sr. (a) entende por Unidade de Conservação?
2. O Sr. (a) sabe o que é Reserva de Desenvolvimento Sustentável?
  - 2.1. Sabe quando foi criada a RDS do Tupé?
3. O Sr. (a) participou de alguma reunião ou foi consultado sobre criação da RDS do Tupé?
4. Quais as instituições que vieram à comunidade falar sobre RDS?
5. Houve alguma mudança na vida da comunidade com a criação da RDS? O que mudou?
6. O Sr. concorda com essas proibições?
  - 6.1. Se sim ou não, explique
7. A criação da RDS trouxe algum benefício para a comunidade?
8. O Sr. (a) sabe o que é Plano de Manejo?
  - 9.1 Se sim explique:

## Organização Sociopolítica

9. O Sr.(a) participa de alguma organização ?
  - 9.1 Sim ou não?
  - 9.2 Se sim, qual?
10. Para o Sr. (a) o que é uma organização?
11. Quais as formas de organizações que existem na comunidade?
12. Como é a organização na comunidade?
13. Quais as formas de organizações que existem na comunidade?
14. Qual o nome da associação comunitária?
  - 14.1. Quando foi criada?
  - 14.2. Qual o objetivo?
  - 14.3. É reconhecida legalmente?
  - 14.4. Possui quantos membros
  - 14.5. Como e/ou quando se reúne?
15. A organização tem alguma forma de contribuição financeira?
  - 15.1 Sim ou não?
  - 15.2 Se sim, qual valor?
  - 15.3 Em que é utilizado este recurso?
16. Como é a atual liderança?
17. Como era antes da RDS a forma de organização da convivência comunitária?
18. Quais os principais problemas enfrentados na organização da comunidade?

# Apêndice B

## Registro Fotográfico



Foto 01 : Sede da Associação dos Moradores



Foto 02 : Placa da RDS



Foto 03 : Campo de Futebol



Foto 04 : Poço Artesiano da escola



Foto 05 : O único Orelhão da comunidade

# Anexos



# Anexo A

# Documentos da SEMMAS

Anexo B

# Termo de Anuência

## Anexo c

**T C L E**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa Reserva de Desenvolvimento Sustentável e organização sociopolítica da comunidade de Julião em Manaus-Am, sob a responsabilidade da pesquisadora Prof.ª Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, a qual pretende analisar as formas de organização sociopolítica e as transformações na comunidade de Julião com o estabelecimento da RDS do Tupé, caracterizar as formas de organização sociopolítica e Identificando as transformações na organização a partir da RDS na comunidade.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de informações nas entrevistas semi-estrutura onde serão feitas perguntas abertas de caráter essência para a pesquisa, nos formulários com perguntas fechadas que viabilizam a identificação das condições dos moradores da comunidade, além dos registros fotográficos que ilustraram a pesquisa desenvolvida e registros fonográficos que ajudaram na elaboração dos relatórios.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são a exposição de dados pessoais e da família, fornecidos no momento da pesquisa. No entanto, ressaltamos que todas as providências estão sendo tomadas para que isso não aconteça. As informações obtidas nas pesquisas estarão armazenadas no banco de dados de acesso restrito a coordenadora e a bolsista de IC. Se você aceitar participar, estará contribuindo para a elaboração de um relatório constando as formas de organização sociopolítica e as transformações na organização a partir da RDS na comunidade.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço Rua 20, nº 417 – Japiim I, Telefone: (092) 3631-7754 ou (092) 9152-0897, e-mail: deb.band@gmail.com, Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 300 – Coroado - Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL/Departamento de Serviço Social ou pelos telefones (92) 3305-4578; (92)9222-8995; (92) 9152-0897, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

Consentimento Pós-Infomação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável



Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar

## Anexo D

# ARTIGO APROVADO



### **LISTA DE TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO ORAL**

OBS.: Para que seja confirmada a apresentação do trabalho e sua publicação nos anais, pelo menos um dos autores deverá estar com a inscrição efetuada e paga até **30 de agosto de 2013**. Após esta data, a secretaria executiva do congresso irá conferir a inscrição dos autores e os trabalhos que não tiverem inscrição não serão publicados.

1456 TRABALHO E COOPERATIVISMO: UM ESTUDO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COOP- ACAMDAF NA MARINA DO DAVID (p.35)

Débora Cristina Bandeira Rodrigues  
Júlia Lara Roque Coutinho  
Itaciara Prestes da Silva Pontes

1516 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A CRISE CAPITALISTA: ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE LIVRAMENTO E JULIÃO NA RDS DO TUPÉ/AM (p.35)

Débora Cristina Bandeira Rodrigues  
Itaciara Prestes da Silva Pontes  
Patrício Azevedo Ribeiro  
Thamirys Souza e Silva  
Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento

## **A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A CRISE CAPITALISTA: estudo da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Livramento e Julião na RDS do Tupé/AM**

Débora Cristina B. Rodrigues<sup>1</sup>  
Itaciara Prestes da Silva Pontes<sup>2</sup>  
Patrício Azevedo Ribeiro<sup>3</sup>  
Thamirys Souza e Silva<sup>4</sup>  
Camila Fernanda P. do Nascimento<sup>5</sup>

**RESUMO:** Este artigo faz uma abordagem sobre a relação homem-natureza, em vista do aumento da degradação do ambiente nas sociedades ocidentais capitalistas e a necessidade de políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais. Particularmente, trata-se de um estudo realizado entorno da organização sociopolítica e cultural das comunidades Nossa Senhora do Livramento e Julião na RDS do Tupé/AM.

**Palavras-chave:** questão socioambiental; organização sociopolítica; organização sociocultural.

**ABSTRACT:** his article aims to make an approach to the man-nature relationship in view of increasing environmental degradation in Western societies and capitalist need for policies to promote sustainable use of natural resources. Specifically, it is a study of sociopolitical organization surrounding communities Our Lady of Deliverance and Julian in Tupé RDS / AM.

**Keywords:** environmental issue; sociopolitical organization; sociocultural organization.

### **INTRODUÇÃO**

Na contemporaneidade, as discussões que se referem ao modo de produção capitalista e a relação homem-natureza aparecem de forma distinta e muitas vezes adversa. Entretanto, quando se trata do debate para construir mecanismos de conservação ambiental esta relação se torna foco, tendo em vista que, no caso específico do Brasil, o processo histórico de constituição de Unidades de Conservação aconteceu, em alguns casos, marcado pela expulsão de populações das áreas já habitadas (DIEGUES, 2004; LEFF, 2007).

Diante do padrão de desenvolvimento capitalista atual, conforme Leff (2007), a questão ambiental tal como se apresenta na atualidade é resultado de um processo de

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Serviço Social – UFAM; Doutora em Biotecnologia; Pesquisadora do Inter-Ação. E-mail: [deb.band@gmail.com](mailto:deb.band@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: ita.prestes@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia; Participante do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: patricio\_azevedo@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: thamy\_rebeca@hotmail.com

<sup>5</sup> Estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Inter-Ação. E-mail: pn\_camilafernanda@yahoo.com.br

